

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**O LUGAR E O FUNCIONAMENTO DO TÍTULO
PELA OBRA DE MATTOSO CÂMARA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Juciele Pereira Dias

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

© 2009

Todos os direitos autorais reservados a Juciele Pereira Dias. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Laboratório Corpus - Avenida Roraima, nº 1000, Bairro Camobi, Centro de Educação, sala 3302, 97105-900, Santa Maria/RS.

Fone (0xx)55 3220 8956; End. Eletr: juciele dias@yahoo.com.br

O LUGAR E O FUNCIONAMENTO DO TÍTULO PELA OBRA DE MATTOSO CÂMARA

por

Juciele Pereira Dias

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

Orientador: Prof^a Dr. Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**


A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O LUGAR E O FUNCIONAMENTO DO TÍTULO
PELA OBRA DE MATTOSO CÂMARA**

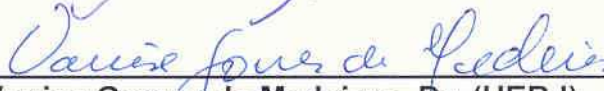
elaborada por
Juciele Pereira Dias

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras


COMISSÃO EXAMINADORA:




Amanda Eloina Scherer, Dr. (Presidente/Orientadora)



Vanise Gomes de Medeiros, Dr. (UERJ)



Eliana Rosa Sturza, Dr. (UFSM)



Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 27 de fevereiro de 2009.

Em memória de Paulina Beck Pereira

AGRADECIMENTOS

Agradeço

a meus pais;

à professora Amanda;

às professoras Vanise, Eliana, Verli e Graziela;

aos colegas e amigos Caciane, Marluza, Maurício e Rejane;

aos funcionários do PPGL Jandir e Irene;

aos colegas do Laboratório Corpus;

aos demais amigos e

à Capes

pelas valiosas contribuições ao desenvolvimento do meu trabalho, sejam na forma de um carinho, de atenção, de apoio teórico-metodológico ou de custeio, possibilitando que eu consiga seguir o caminho profissional que escolhi para minha vida.

*O homem faz a história,
mas a história não lhe é transparente.*

ENI ORLANDI

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

O LUGAR E O FUNCIONAMENTO DO TÍTULO NA OBRA DE MATTOSO CÂMARA

AUTORA: JUCIELE PEREIRA DIAS

ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 27 de fevereiro de 2009.

O presente trabalho tem por objetivo propor que títulos de publicações, que veiculam saberes lingüísticos, sejam mobilizados como dispositivos de reflexão na leitura do arquivo. A proposta é desenvolvida de acordo com as perspectivas teórico-metodológicas da História das Idéias Lingüísticas (HIL) em relação com a Análise de Discurso (AD), como concebidas por Eni Orlandi, no Brasil. Para tanto, voltamo-nos para a história da Lingüística Brasileira, com foco na obra de Joaquim Mattoso Câmara Jr., bem como em fatos e em acontecimentos constituintes do percurso desse sujeito do conhecimento. Considerando o conjunto das publicações desse lingüista, observarmos que dois manuais e um dicionário – **Elementos de Portuguez** (1935) e **Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa** (1941) e o **Dicionário de Fatos Gramaticais** (1956) - haviam sido re intitulados quando reeditados. Em face disso, tomamos como objeto de análise o movimento de designações – silenciadas ou (im)postas – nas (re)intitulações. Desse modo, por meio da análise dos títulos/reintitulações das referidas publicações, sob o aporte da HIL/AD, pontuamos que o título é um lugar que tem um funcionamento singular na obra de um autor, pois não se fecha enquanto texto. O título é aberto à exterioridade, às condições de produção, à história de vida, à história acadêmica, aos fatos e acontecimentos que constituem um sujeito do conhecimento.

Palavras-chave: História das Idéias Lingüísticas; Análise de Discurso; Título; Mattoso Câmara.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

PLACE AND FUNCTIONING OF THE TITLE FROM MATTOSO CÂMARA'S WORK

AUTHOR: JUCIELE PEREIRA DIAS

ADVISER: AMANDA ELOINA SCHERER

Place and Date of defense: Santa Maria, February 27, 2009.

Our research has as objective to propose that book titles which carry linguistic knowledges are mobilized as devices of reflection concerning the archive reading. The proposal is developed according to the perspectives theoretical-methodological of History of Linguistic Ideas (HIL) in relation with Discourse Analysis (AD), as developed by Eni Orlandi, in Brazil. In order to do this, we consider Brazilian history of Linguistics focusing on works of Joaquim Mattoso Câmara Jr. as well as on facts and events that constitute the trajectory of this subject of knowledge. Considering the set of publications of this linguist, we noticed that two manuals and one Dictionary - **Elementos de Portuguez** (1935) and **Princípios de Lingüística Geral: Como fundamento para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa** (1941), and **Dicionário de Fatos Gramaticais** (1956) - had been re-titled when reedited. Regarding this, we took as object of study the movement of designations - silenced or imposed - in the re-titled. Thus, the analysis of the mentioned titles, based on HIL/AD, leads us to consider the title as a place that has a singular functioning in works of an author because it is not a closed text. The title is open to the exteriority, to the production conditions, to the academic and life history, to the facts and events that constitute a subject of knowledge.

Keywords: History of Linguistic Ideas; Discourse Analysis; Title; Mattoso Câmara.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Pergaminho.....	25
FIGURA 2 – Decreto-lei n. 1063 de 20 de janeiro de 1939	35
FIGURA 3 – Folha de rosto de Elementos da Língua Pátria	60
FIGURA 4 – Capa de Elementos da Língua Pátria 1ª série	65
FIGURA 5 – Capa de Elementos da Língua Pátria 2ª série	65
FIGURA 6 – Capa de Elementos da Língua Pátria 3ª série	65
FIGURA 7 – Folha de rosto de Curso da Língua Pátria: Gramática 1ª e 2ª séries	69
FIGURA 8 – Folha de rosto de Curso da Língua Pátria: Gramática 3ª e 4ª séries	69
FIGURA 9 – Folha de rosto de Curso da Língua Pátria: Antologia 1ª e 2ª séries..	70
FIGURA 10 – Folha de rosto de Curso da Língua Pátria: Antologia 3ª e 4ª séries	70

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Reintitulações	56
TABELA 2 – Momento 1: (1934-1941)	63
TABELA 2 – Reintitulação de Elementos de Portuguez	66
TABELA 3 – Fase de deslocamento	72
TABELA 4 – Momento 2: (1954 – 1977)	73
TABELA 5 – Reintitulação de Princípios de Lingüística Geral: como fundamentos para os estudos superiores da Língua Portuguesa	75
TABELA 6 – Reintitulações do Dicionário de Fatos Gramaticais	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE I	
1. O LUGAR E O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TÍTULO EM HIL	15
1.2 Por uma reflexão sobre o funcionamento do Título/título	23
1.3 A constituição do saber lingüístico no Estado Novo	32
1.4 O processo de institucionalização da Linguística	43
PARTE II	
2. OS MOVIMENTOS DAS DESIGNAÇÕES NO REINTITULAR DAS PUBLICAÇÕES DE MATTOSO CÂMARA.....	55
2.1 O reintitular no processo de constituição do saber a língua à sistematização do saber sobre a língua.....	58
2.2 Os reintitulares no processo de institucionalização da Linguística	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

INTRODUÇÃO

Sem memória e sem projeto,
simplesmente não há saber.
(Auroux, 1992)

O estudo desenvolvido, nesta dissertação, tem como objetivo propor que títulos de publicações acerca de saberes “em língua” e “sobre língua” possam ser mobilizados enquanto dispositivos de reflexão a partir da perspectiva teórico-metodológica da História das Idéias Lingüísticas (HIL).

Essa proposta, tendo como objeto de estudo o movimento de designações em títulos tomados na história, parte de nosso trajeto de Iniciação Científica, em 2006, como integrante do projeto “Lingüística no Sul: Estudo das Idéias e Organização da Memória dos Anos 80 a 2000”, coordenado pela professora Amanda Eloina Scherer. Na época, desenvolvemos uma leitura sobre a história de vida e história acadêmica de uma das primeiras linguistas do sul, Neusa Martins Carson e, no percurso de formação da pesquisadora, bem como nas leituras que realizamos sobre a História da Lingüística, um nome, constantemente, fez-se presente: Joaquim Mattoso Câmara Junior (1904-1970) ou, simplesmente, Mattoso Câmara.

O nome Mattoso Câmara passou a nortear nossas leituras desde a iniciação científica até e, em especial, durante o mestrado. Dentre outros muitos nomes constituintes da história da Lingüística Brasileira, direcionamos nosso olhar para esse nome, o que fez com que buscássemos por produções de Mattoso Câmara anteriores a sua formação de linguista. Tal busca levou-nos a observar que temos um vasto número de títulos de publicações *de/sobre/relacionadas a Mattoso Câmara* e, pelo trabalho com tais produções, Mattoso Câmara passou a significar para nós não mais como um “nome próprio” (Guimarães, 2005), mas sim como um “autor” (Orlandi, 2001, 2002).

Autor que, segundo Aryon Rodrigues (1984, p. 91), “foi, sem dúvida, um pioneiro”¹ nos estudos lingüísticos no/do Brasil e na produção de trabalhos em

¹ Pioneiro, de acordo com Rodrigues (1984), não é tomado no sentido de primeiro lingüista, pois “outros estudiosos procuraram introduzir os estudos científicos da linguagem no Brasil antes de Mattoso e paralelamente a ele”, mas somente Mattoso “conseguiu exercer uma ação realmente

História da Linguística Brasileira (cf. BALDINI, 2005b). Com um percurso consolidado, um vasto número de textos e títulos que ainda circulam entre nós, salientamos que os trabalhos desse autor, lançados há mais de 30 anos, poderiam nos ter passado como evidentes, como cânones que se fazem presentes, todavia, um fato chamou-nos a atenção: algumas das publicações, de autoria de Mattoso Câmara, foram reituladas em diferentes momentos da história.

O fato da reintitulação nos conduziu a tomarmos como corpus de nossa pesquisa os títulos que compõem a “obra”² de Mattoso Câmara. Os trabalhos reintitulados que recortamos do corpus para análise são dois manuais e um dicionário. Um dos manuais, **Elementos de Portuguez**, é voltado para o ensino de um “saber em língua portuguesa” na escola e outro manual, **Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os estudos superiores da Língua Portuguesa**, é voltado para o estudo de um “saber sobre língua portuguesa” na universidade. Já o **Dicionário de Fatos Gramaticais**, que passou por duas reintitulações, é publicado com a finalidade “de dar, em ordem alfabética, para consultas ocorrentes, as noções gramaticais, como base para a compreensão estrutural, funcional e histórica da língua portuguesa” (MATTOSO CÂMARA, 2002, p. 35).

As três publicações reintituladas são constituídas por saberes em língua portuguesa (gramatical) e/ou sobre língua portuguesa (lingüístico). Desse modo, para o desenvolvimento de nossa reflexão sobre títulos, partimos da consideração de que, em HIL, segundo Orlandi (2000a, p. 20), a história que se tem procurado contar é sobre a língua e sobre o saber sobre a língua, colocando-os como objetos de reflexão “para não apenas adotarmos gramáticas, aplicarmos programas, sermos simples objetos de treinamento, mas para que possamos participar com nossa capacidade de reflexão dessa história, que não nos é transparente, mas é nossa”. Desse modo, o título de publicações tem sido pensado como um dispositivo de reflexão sobre essa nossa história, pois como aponta Coracini (1989, p. 235), o título “é uma das unidades discursivas mais expostas à leitura em língua materna (LM) e em língua estrangeira (LE)”.

decisiva, devido à ampla compreensão que desde cedo desenvolveu acerca da linguagem e das línguas e à pertinência e à sabedoria com que atuou através de seus livros”.

² Com ‘obra’, referimo-nos, à luz de Foucault (2002), ao conjunto das produções de Mattoso Câmara.

Logo, no sentido de refletirmos sobre títulos como uma contribuição para os estudos em HIL é que colocamos como objeto de nossa análise o movimento das designações na reintitulação das referidas publicações que veiculam saberes linguísticos (os dois manuais e o dicionário). Pelo movimento das designações - silenciadas ou (im)postas - no reintitular, observaremos que os títulos desses trabalhos se constituem por uma relação com a história e as condições de produção do autor no momento das edições e reedições das publicações.

Para isso, metodologicamente, fazemos uma distinção entre Título e título. Este é tratado enquanto um objeto linguístico de análise constituído por “designação”, noção que abordaremos em nossa análise a partir de Guimarães (2005). Já aquele é tratado enquanto um lugar que tem um funcionamento discursivo na obra de um autor, um lugar que tem a possibilidade de ser (re)formulado a partir de determinadas condições de produção. Dentre os títulos recortados para a análise, temos quatro movimentos de reintitular que se estendem por cinco décadas distintas (30, 40, 50, 60 e 70). Isso nos possibilita trazer à tona as condições de produção dessas publicações por meio de uma leitura sobre a história da Lingüística ou, mais precisamente, sobre a história da institucionalização da Lingüística Brasileira focalizada nos três trabalhos reitulados, objetos desta dissertação.

Este estudo sobre Título/título pelo viés da HIL é composto de:

Parte I – Neste momento de nosso estudo, fazemos uma revisão teórica-metodológica de temas concernentes ao trabalho de HIL como a noção de arquivo (Orlandi, 2000, 2001, 2002, 2004; Horta Nunes, 2007) e temporalidade (Auroux, 1992; Horta Nunes, 2007), as quais são determinantes de nossa leitura. Pelo fato de, em HIL, focarmos sobre a História da Lingüística pontuando publicações realizadas por um espaço institucional (escola, universidade), noções como as de instituição (Pfeiffer, 2007; Lagazzi-Rodrigues, 2007), política e ética lingüística (Orlandi, 2002, 2007), sujeito do conhecimento (Guimarães, 2005; Orlandi, 2000), autor (Orlandi, 2001) são mobilizadas como constituintes da proposta de reflexão do título como um dispositivo de reflexão em HIL.

Na mobilização dessas noções teórico-metodológicas trazemos à cena as condições de produção das publicações reituladas de Mattoso Câmara desde a década de 30, pontuando o período da Era Vargas e estendendo-se até a década de 60, onde pontuamos o período de institucionalização da Lingüística Brasileira.

As condições de produção dos títulos da obra de Mattoso Câmara são abordadas a partir da leitura em história da Lingüística, tendo como base a proposta de Guimarães (2005) de se trabalhar em HIL tratando de “instituições”, de “acontecimentos” nessas instituições e de “obras” que resultam do conhecimento produzido nessas instituições. Como o primeiro manual de Mattoso Câmara é publicado pela instituição escolar, nossa leitura começa pela constituição do saber metalingüístico brasileiro com a publicação das primeiras gramáticas de autoria brasileira no interior de colégios, após a implantação da República (Orlandi, 2002) e pela fundação das primeiras universidades em São Paulo e no Rio de Janeiro na década de 30 (Fiorin, 2006; Guimarães, 2005), pois o segundo manual e o dicionário estão voltados para o espaço universitário. Essa parte é finalizada com o período em que começam as atividades dos primeiros cursos de pós-graduação em Lingüística no Brasil, no final da década de 60 e início da década de 70.

Na *Parte II*, embasando-nos nas condições de produção da obra de Mattoso Câmara e nos temas abordados na parte anterior, desenvolvemos a análise do objeto proposto: os movimentos das designações no (re)intitular dos três trabalhos do autor. Para isso, nossa análise é organizada em dois momentos.

O *primeiro momento* é voltado para a análise do movimento de reintitular **Elementos de Portuguez** (1935) para **Elementos de Língua Pátria** (1936), levando em conta que Mattoso Câmara, inicialmente vinculado à instituição espaço escolar, passa a assumir a posição de sujeito do conhecimento, na medida em que se estabelece um confronto com a imposição do Estado, que determina que a língua falada no Brasil deve ser chamada de ‘brasileira’³, fato que afeta diretamente o título do manual de ensino “de língua portuguesa”. Nesse jogo de forças, Mattoso Câmara acaba assentindo à normatização do Estado, reintitulando o manual, embora não nomeie a língua como ‘brasileira’.

Estabelecemos ainda um entremeio na análise, em que observamos o intitular de **Princípios de Lingüística Geral: Como fundamento para os estudos superiores da Língua Portuguesa** (1941), trabalho direcionado para um estudo “sobre língua portuguesa”, sobre funcionamento, descrição, destinado a um público diferente que não somente estaria interessado em desenvolver um “estudo de língua”, mas em saberes que possibilitassem o ensino dessa língua. Mattoso

³ Cf. Resolução da Câmara Municipal do Distrito Federal de julho de 1935.

Câmara, nesse período, ainda publica trabalhos pela instituição escolar, mas vai deslocando seu espaço de atuação intelectual para a Universidade, quando passa a lecionar no ensino superior, fato que consideramos fundamental em termos analítico-descritivos.

No *segundo momento*, analisamos o reintitular de **Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os estudos superiores da Língua Portuguesa** (1941) para **Princípios de Lingüística Geral: introdução aos estudos superiores da Língua Portuguesa** (1954), que se dá com o retorno de Mattoso Câmara à Universidade, após período de formação em Lingüística (1944-1950). Para tanto, levamos em conta a indicação/circulação do manual “sobre língua portuguesa” que passa a ser utilizado como referência em disciplinas como Filologia e Literatura na Universidade. Em face disso, tal período é por nós compreendido como o momento em que Mattoso, junto de outros estudiosos, busca a institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil.

Analisamos, por fim, os reintitulares do **Dicionário de Fatos Gramaticais** (1956) para **Dicionário de Filologia e Gramática: referente à Língua Portuguesa** (1964) e para **Dicionário de Lingüística e Gramática: referente à Língua Portuguesa** (1977), os quais nos possibilitam circunscrever a própria história da Lingüística em contexto nacional por uma filiação aos estudos gramaticais, passando por relações com a Filologia até uma institucionalização decretada por uma resolução do Conselho Federal de Educação (1962) e consolidada a partir de atividades acadêmico-científicas de profissionais como Mattoso Câmara.

O modo de articulação que estabelecemos entre as reintitulações das três produções analisadas, ao esteio da compreensão em HIL, permite que seja proposto que os títulos de obras constituem-se por uma relação com a história e podem ser mobilizados enquanto dispositivos de reflexão no trabalho com o arquivo. Nossa forma de movimentar esse arquivo foi a de buscar elementos da história do autor, da instituição em que ele se inseria, de suas filiações teóricas, de sua história de vida, de sua história acadêmica, que, por vezes, (con)funde-se com a própria história da Lingüística no Brasil.

PARTE I

1. POR UM LUGAR E FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TÍTULO EM HIL

O arquivo é escrita; ela é lida, consultada.

Nos arquivos, o historiador é um leitor.

(Paul Ricœur, 2007)

Propomos a reflexão sobre Título/título (lugar/funcionamento) na/pela perspectiva teórico-metodológica da História das Idéias Linguísticas (HIL) no Brasil em relação com a Análise de Discurso Brasileira (AD), pois, de acordo com Orlandi (2000a, p.20), “embora a Análise de Discurso não esteja diretamente concernida, ela nos dá um apoio metodológico que alarga nossa capacidade de compreensão”.

De acordo com Lagazzi-Rodrigues (2007), pesquisadora sobre o processo de institucionalização da Lingüística a partir da obra de Mattoso Câmara, “a história das idéias lingüísticas é uma história sempre tensa, marcada por injunções, possibilidades e apagamentos” (p.11). Nessa história, conforme salienta Lagazzi-Rodrigues (Ibid.), o que a interessa é o papel dos processos de institucionalização, legitimação e representação.

Ao trabalhar tais processos, segundo Lagazzi-Rodrigues (Ibid.), sob a perspectiva materialista, o sujeito não organiza sentidos para que possa ser um ponto de sustentação. Por esse viés, “importa compreender, nessa relação entre legitimação e instituição, os processos de identificação do sujeito, nos quais o reconhecimento produzido pela ideologia é um efeito fundamental”. (Ibid., p.11), pois o sujeito é afetado pela ideologia, pelo inconsciente e é pelo discurso que ele se subjetiva “na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso” (ORLANDI, 2001, p. 99).

O lugar em que o sujeito se coloca no mundo, de acordo com Orlandi (Ibid.), remete a um lugar empírico enquanto que a tomada de posição pela reflexão sobre língua o constitui em sujeito ao mesmo tempo em que constitui um lugar discursivo. Esse “lugar não pode ser entendido como algo pleno, com bordas delimitadas tão somente pelas ditas fronteiras e domínios” (SCHERER, 2006, p. 03), mas sim como um lugar que pode ser definido pela própria origem da palavra *discurso*, que “tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI, 2002a, p.15).

O trabalho produzido pelo sujeito do conhecimento é (re)significado pelas circunstâncias do lugar de onde o sujeito discursiviza e que, pelas leituras de Scherer (2004, 2006), entendemos esse lugar como sendo constitutivo do que ele diz, assim o são sua história de vida, sua história acadêmica. Nesse sentido, questionaríamos se é possível, a partir do pressuposto de que “se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história”, colocarmos que o sujeito é assujeitado ao processo de produção de conhecimento, na medida em que “o processo de produção dos conhecimentos é um processo sem sujeito”? (PÊCHEUX, 1995, p.198).

Questionamento que nos leva a refletir sobre o deslocamento colocado por Pêcheux (Ibid.) em relação ao “teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo)” sendo observado dos bastidores, lugar “de onde se pode captar que se⁴ fala *do* sujeito, que se fala *ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: Eu falo” (Ibid., p.154).

Esse deslocamento faz com que busquemos problematizar o processo de produção do conhecimento em relação a sua legitimação, seja do ponto de vista institucional, seja no que remete ao sujeito produtor de conhecimento. Desse modo, lançamos a seguinte proposição: lê-se a produção do sujeito, fala-se a partir desse sujeito, antes que esse sujeito possa dizer – *Eu produzo conhecimento*⁵. Essa formulação traz à cena a idéia de que antes do *(re)conhecimento* é necessário que o sujeito esteja imerso em um processo de *(re)produção de conhecimento* ou, dito de outro modo, para se constituir enquanto sujeito do conhecimento é necessário que se esteja envolvido em um processo de reprodução do conhecimento, que pode (ou não) conduzir a uma produção de autoria desse sujeito, pois implica em um

⁴ Grifos do autor na citação.

⁵ Grifos nossos.

reconhecimento de seus pares, na circulação, na institucionalização, na reprodução desse saber produzido.

O processo de (re)produção de conhecimento, em nossa leitura, diz respeito ao fato de que o sujeito, para produzir conhecimento legitimado, tem de discursivizá-lo por um lugar institucional, em que a produção e a possibilidade de circulação do conhecimento é regulada pelo Estado e seus aparelhos ideológicos (escola, universidade etc.)⁶.

De acordo com Pfeiffer (2007, p.19), instituição é “como um espaço que produz a um só tempo unidade e legitimidade. Mais ainda, a instituição tem uma forma própria que é a da escrita e do saber”. Sendo a Instituição um espaço que produz unidade/legitimidade que tem como forma a escrita/saber (a produção-circulação-reprodução), voltamo-nos à idéia de que o saber produzido em um espaço institucional, para ser reconhecido, deve estar inserido nessa conjuntura. Passaria, assim, esse saber por um processo que o deslocaria de um “saber epilingüístico” para um “saber metalingüístico” em que o sujeito verbaliza pela escrita. (AUROUX, 1998). Por saber epilingüístico, entendemos como o saber de um sujeito que o permite falar pela língua. Já o saber metalingüístico seria não só falar pela língua, como também falar sobre a língua, podendo utilizar-se da escrita para isso.

A existência de um saber metalingüístico é posto por Auroux (Ibid.) como condição para que se tenha ciência da linguagem. Segundo o autor, “só há ciência da linguagem quando há um saber metalingüístico, quando se dispõe de uma linguagem (metalingüagem) para representar outra linguagem (linguagem-objeto)” (Auroux, 1998, p.77). Essa reflexão, em nosso entendimento, coloca-nos sobre duas frentes: a de um conhecimento institucional e a de um conhecimento científico, que também é institucional, pois, segundo Lagazzi-Rodrigues (op. cit., p.17), “a cientificidade (se) faz (n)um lugar institucional. A cientificidade e a representação dessa cientificidade”.

No que concerne à produção de um conhecimento científico e institucional, que é uma prática histórica, materialmente determinada, consideramos que “os

⁶ Reflexões inspiradas no pensamento de Scherer (2008), sobre “Língua, Ciência e Produção do Conhecimento”, à luz de Pêcheux; Chiss & Puech, no II Encontro do Seminário de Orientação e GEL – UFSM-Laboratório Corpus, 30/04/2008.

sujeitos, para produzirem conhecimento, se acham individualizados pelas instituições a que estão vinculados” (GUIMARÃES, 2004, p.16).

O vínculo a lugares estabilizados funciona pela regulação do Estado sobre o percurso dos sujeitos, mediante a individualização. Nesse sentido, vale ressaltarmos que “o Estado identifica, pelas instituições, este sujeito em indivíduos específicos, segundo uma forma de individuação própria das condições históricas em que o processo se dá” (Ibid., p.15). Salientamos ainda que esse indivíduo específico, como acrescenta Guimarães (2004), não está fora do histórico, não se caracteriza como um “indivíduo bio-psico-social” (cf. ORLANDI, 2001).

O sujeito individualizado pelo Estado apresenta-se como um sujeito sob o efeito da disciplinarização, é um sujeito que “aceita o desconforto de não se ajeitar na evidência e no lugar já-feito” (PÊCHEUX, 1990, p.07). Um sujeito condenado a interpretar que se constitui pela “relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento, e, de outro, o jogo e o movimento, [desse modo] os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites” (ORLANDI, 2001, p.103).

O sujeito do conhecimento é um sujeito que habita o espaço da contradição circulando entre o mesmo, a reprodução - o diferente, a interpretação, pois essa reprodução, conforme a entendemos, de acordo com Orlandi (2002a, p.54), é uma repetição histórica que lhe permite fluir no trajeto dos discursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.

A reflexão sobre a produção do conhecimento por intermédio do sujeito do conhecimento vinculado a um espaço institucional é constitutiva desta reflexão sobre Título/título, pois tomamos o Título, enquanto um lugar de representação de um conhecimento institucionalizado (unidade/legitimidade).

Segundo Lagazzi-Rodrigues (2007):

Quando instituído, o trabalho do linguista vai circular em termos de função autor. Entra aí o reconhecimento do trabalho do outro na institucionalização de um saber constituído, numa relação de alteridade explícita. Essa é uma questão de tributo e de representação.

A autoria se apresenta e se representa em nomeações: nome do saber e nome de quem produz esse saber e o ratifica, sendo ratificado como autor. A legitimação científico-institucional se faz pela

afirmação da autoria, ou seja, pela representação e circulação dessas nomeações (Lagazzi-Rodrigues, 2007, p.13).

Voltando aos três processos que interessam a Lagazzi-Rodrigues (Ibid., p.11), “institucionalização, legitimação e representação”, e centrando-nos na asserção de que a autoria se apresenta e se representa em nomeações, e a legitimação se faz pela afirmação da autoria, pela representação e circulação das nomeações; salientamos que, nos *catálogos on-line* de bibliotecas na contemporaneidade, para uma busca bibliográfica, o nome do autor, o ano da obra, a editora, a cidade de publicação, entre outros, são elementos constitutivos da/para a identificação de um trabalho.

Já o título, nessas condições, é um lugar singular de leitura, pois se coloca frente ao leitor como um espaço que o traz de um movimento de fora, do suporte (obra, papel, programa de computador), para dentro (texto/discurso) por uma relação de representatividade estabelecida com o saber linguístico e os elementos (ano, editor, editora, cidade, etc.) que constituem o título.

Considerando essa relação de leitura, propomos o título como um lugar constituído pela possibilidade de ser mobilizado no trabalho voltado para o arquivo em HIL a partir de um horizonte de retrospectão e um horizonte de projeção (AUROUX, 1992). A abordagem retrospectiva e prospectiva, pela perspectiva de Auroux (1992, p.13), tem como finalidade responder a duas questões: “1) sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico?; 2) como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem?”.

Desse modo, em nossa pesquisa questionamos se seria possível desenvolver uma reflexão sobre a história da constituição dos saberes linguísticos compreendendo, no trabalho com o arquivo, o título como um lugar que tem um funcionamento discursivo na produção e circulação desses saberes por publicações?

Nesta reflexão, partimos da noção de arquivo desenvolvida por Orlandi (1996, 2000b, 2001, 2004, 2006) que o aponta como sinônimo de memória institucional. Uma memória que não se esquece, está posta e é constituída de um “discurso documental” (Id., 2001, p.39) cristalizado por instituições como, por exemplo, as bibliotecas, os museus.

A memória institucionalizada “acumula” discursos instituídos (ORLANDI, 2001, p.39) e constitui-se por “gestos simbólicos que se inscrevem na história” (HORTA NUNES, 2007b, p.374).

Os discursos institucionalizados reclamam por interpretação realizada por dispositivos teórico-metodológicos, tornando possível o diferente, a ruptura, fazendo emergir sentidos esquecidos. De acordo com Orlandi (1996):

A interpretação se faz entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso). Se no âmbito da primeira a repetição congela, no da segunda a repetição é a possibilidade mesma do sentido vir a ser outro, em que presença e ausência se trabalham, paráfrase e polissemia se delimitam no movimento da contradição entre o mesmo e o diferente. O dizer só faz sentido se a formulação se inscrever na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso (Orlandi, 1996, p.68).

Com base nessa proposta de trabalho acerca da interpretação, apontamos que o sujeito que desenvolve leitura sobre a história/memória do saber lingüístico, ao fazer recortes, ele traz à baila discursos que podem nos expor a pontos de impossível, ao real da história e, ao trazer tais discursos, coloca-se no lugar da contradição. Lugar em que sentidos instituídos (arquivo) se encontram com sentidos silenciados ou esquecidos (interdiscurso). Lugar em que diferentes versões da história se relacionam, chocam-se, emergem, podendo movimentar sentidos já-postos, estabilizados na memória institucional.

A contradição é constitutiva do trabalho com o arquivo e, conseqüentemente, do trabalho com títulos pelo viés da HIL, pois, de acordo com Orlandi (2000b), o sujeito que trabalha com a história/memória da ciência é colocado na “posição ambígua de falar da história do conhecimento sobre a linguagem sendo parte dessa história. Mais do que isso, somos parte interessada nessa/dessa história [...]” (Ibid.).

No que diz respeito ao lugar da contradição habitado pelo sujeito que trabalha em HIL, entendemos que é pela relação entre-memórias (institucional e discursiva), que histórias são contadas. Contadas ainda a partir de projetos que têm um suporte teórico-metodológico e diferenciam-se de histórias como, relatos ou depoimentos pessoais, pois, ao desenvolver o conceito gesto de interpretação, Orlandi (1996) faz uma distinção entre o gesto realizado por um sujeito comum e o gesto realizado por um sujeito analista.

A autora coloca que o gesto do primeiro “se dá um *dispositivo ideológico* com seu efeito de evidência” (ORLANDI, 1996, p.84), de “ilusão do sentido lá”, enquanto que o do segundo “é determinado pelo apoio de um *dispositivo teórico*” (Ibid.). Esse dispositivo teórico, de acordo com Orlandi (Ibid.), desloca o sujeito, permitindo que não se inscreva em uma formação discursiva, mas que trabalhe nas fronteiras das formações discursivas, em uma relação crítica com o conjunto complexo das formações.

A mediação teórico-metodológica permite ao sujeito “a possibilidade de contemplar o movimento da interpretação, de compreendê-lo” (Ibid., p.85). No caso do sujeito que trabalha com a história/memória da Lingüística, o dispositivo teórico possibilita, pelo lugar da contradição, que se desenvolvam leituras a partir de uma relação entre o arquivo (memória institucionalizada) e o interdiscurso (memória discursiva), analisando, desse modo, o discurso documental na tentativa de vislumbrar pontos do real da história, de trazer outras versões da história que estão em funcionamento, mas que não foram realizadas. Como afirma Orlandi (2000b).

Cabe aos que trabalham com a memória da ciência tomar o cuidado teórico e metodológico necessário para não se fazerem recortes que falam o já falado e só reforçam os processos de legitimação já instituídos apagando muito do real dessa história, reforçando assim, ao invés de colocá-los sob análise, os processos de inclusão/exclusão já instalados (Orlandi, 2000b, p.1).

Ao circunscrever uma relação entre HIL/AD, pelo viés do trabalho com a memória/história da ciência, Horta Nunes (2007a) trata da questão da temporalidade colocando que se, de um lado, faz-se necessária a periodização cronológica em HIL para localizar certos fatos e comparar uma tradição linguística a outra; por outro lado, por uma ressonância da AD, também é imprescindível se considerar o modo como a temporalidade é construída em cada discurso, se funciona por fixação imaginária, por retomadas ou por reatualizações da memória.

HIL e AD podem se relacionar, de acordo com Horta Nunes (Ibib., p.1) “a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção”. Ainda segundo o autor, temas comumente abordados na HIL, como “conceitos e teorias”, “obras”, “autores”, “instituições”, “periodização” recebem um tratamento específico quando vistos sob a ótica da AD.

Essa relação HIL/AD é abordada por Orlandi (2002c) em seu livro **Língua e conhecimento lingüístico**, onde ela afirma que, durante evento na França, fez contato com Sylvain Auroux e tendo encontrado um projeto⁷ que organizava pesquisas históricas sobre língua, passou a trabalhar mais explicitamente o que já vinha fazendo de “maneira casual e irregular” (Ibid., p.13).

A observação diz respeito ao fato de que, desde 1987, Orlandi e o grupo que coordenava vinha desenvolvendo trabalhos dessa natureza a partir de projeto vinculado à AD que congregava estudos e pesquisas relevantes na configuração da brasilidade (identidade nacional) em seus aspectos religioso, político, jurídico, científico, cultural (Orlandi, Ibid., p.101), e que foi a base para o início do projeto *História das Idéias Lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional*, em 1988 (cf. Baldini, 2005b, p.56).

O projeto coordenado por Orlandi movimenta um grupo de pesquisadores de diferentes instituições brasileiras com a finalidade de trabalhar com a história do saber *a língua* e do saber *sobre a língua*, sob o aporte, por exemplo, da afirmação de que “as pessoas criticam muito que não se ensina direito o português, por exemplo, e não conhecem nem os programas de ensino, nem as escolas, nem como se fez” (Orlandi, 2004, p.42).

No que concerne à compreensão de ‘saber’, destacamos:

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente e com freqüência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (Auroux, 1992, p.11-12).

O trabalho de se voltar para a história na tentativa de se compreender como o saber se constitui permite que se veja “quanta coisa está nessa memória e quanta coisa ainda não conhecemos dessa nossa memória” (ORLANDI, 2004, p.40), isso é constitutivo de nossas escolhas e do modo de se trabalhar com o saber na contemporaneidade.

Atualmente, com o crescente número de programas de computadores para “download” de livros, textos; bibliotecas digitais; sebos virtuais; os títulos de publicações têm se constituído fortemente como um objeto pelo qual temos a

⁷ Projeto em história das idéias linguísticas coordenado por Sylvain Auroux na França.

possibilidade de termos conhecimento sobre a existência de uma publicação. Por programas de busca - em bibliotecas digitais, sebos virtuais etc – há a possibilidade, inclusive, de procurarmos títulos não ‘informando’ todas as palavras que o compõem, mas apenas ‘partes’ que venham a constituir o título. Por exemplo: digitar no espaço nomeado de “título” a palavra “Lingüística Geral” para a localização de **Curso de Lingüística Geral** de Ferdinand de Saussure. O recorte “Lingüística Geral” pode nos conduzir à publicação de Saussure e à publicações como, por exemplo, **Princípios de Lingüística Geral** de Joaquim Mattoso Câmara Jr., **Elementos de Lingüística Geral** de André Martinet, **Problemas de Lingüística Geral** de Émile Benveniste, **Lições de Lingüística Geral** de Eugenio Coseriu, entre outras.

Os títulos - que na referência localizada devem trazer o nome do autor, o ano da publicação, a edição, etc.- podem vir a interessar ou não ao leitor que fez a busca digital. A problemática - constituída no processo em que, pelo título, o leitor é conduzido à publicação (texto/conhecimento) – faz com que propusemos ler o título em relação com os elementos constitutivos da publicação. Os elementos que ressoam sobre a formulação do título, entendemos como sendo o lugar institucional por onde tem-se a publicação, de quem é a autoria da publicação, qual a editora, quando foi realizada a publicação, entre outros elementos que significam sobre a produção e circulação do conhecimento.

Considerando que os títulos de trabalhos que veiculam um saber linguístico são constitutivos desse saber na medida em que o designam, representam-no por meio da circulação de publicações, passaremos a uma reflexão direcionada ao funcionamento do Título.

1.2 Por uma reflexão sobre o funcionamento do Título/título

Ao esteio da compreensão de que títulos de publicações podem representar saberes instituídos, passamos a refletir sobre a constituição do título enquanto um lugar de representação de um texto, o frontispício. Desse modo, questionamo-nos:

Como esse lugar vem a ser instituído frente ao texto? Que sentidos regulam esse lugar e estão nele silenciados, significando sobre sua constituição e funcionamento?

Por esse viés, trazemos em favor de nossa reflexão a etimologia da palavra título, sentidos já-postos, que não estão apagados e ecoam nessa palavra. Desse modo, tomamos as seguintes definições do **Dicionário Latino-Português** de Saraiva (2000):

1. Titulus, I, s.ap.m. LIV. OV. Inscricção. § OV. QUINT. MART. Título (d'um livro), sommario. § JUV. Rotolo (nas garrafas de vinho). §PROP. SUET. Escripto (pendurado ao pescoço d'um escravo, d'um condemnado). § PLIN. J. Inscricção sepulcral, epitaphio. *Titulos sepulcri*. JUV. A. m. signif. §PLIN. J. Escripto para vender, para alugar. *Sub titulum ire*. PROP. – *millere*. OV. Ser posto à venda; pôr à venda. § *Fig.CIC*. PROP. HOR. Título de honra, de nobresa, de glória. *Titulus perpetrat belli*. LIV. Honra de ter acabado uma guerra. – *clementiae petebatur*.TAC. Era pretendida a honra da clemência. § PLIN. J. Pretexto. *Titulum pratendere*. LIV. Acobertar-se com um pretexto. *Ob titulos inanes*. HOR. Com vãos pretextos. *Titulo officii*. JUST. Como pretexto de cumprir um dever. § PLIN. PETR. Signal, indicio, mostra, marca.

2. Titulus, i, s. pr. M. INSCR. Titulo, sobrenome romano.

Na definição 1, de *Titulus*, observamos que um dos significados da palavra título é “inscrição”. Esta, segundo Rosa Lúcia Coimbra (1999, p. 67), “designava a etiqueta [inscrição, marca] apensa à extremidade do bastão sobre o qual se desenrolava a banda de papiro que constituía o volume escrito, dispensando assim, o acto de o desenrolar para identificar o autor da obra ou seu assunto”. Na figura 1, a seguir, temos a ilustração de um papiro, em que podemos observar o modo como um texto era disposto materialmente pelos bastões. Nestes é que o ‘título’ era afixado, como uma etiqueta.

Figura 1⁸

Outro significado constituinte de “inscrição” está relacionado ao escrito que segue pendurado ao pescoço de um escravo ou de um condenado. Sobre essa questão, Coimbra (1999, p.67) coloca que “o título surge assim, em primeiro lugar, como anúncio e rótulo”. Esses apontamentos referem-se a momentos que antecedem o livro com capa onde, hoje, em geral, temos a possibilidade de ler: o título e elementos constitutivos como nome do autor, editora, entre outros, todavia, entendemos que, na definição do título como “inscrição”, já o teríamos constituído enquanto uma materialidade discursiva que carrega em si esses elementos e que o singularizam frente ao objeto que representa (texto). Dessa forma, o título não se constituiria necessariamente por um nome, mas por materialidade simbólica que exprimiria sentidos, como pode acontecer com marcas, sinais, brasões, etc.

Quanto à definição 2, posta por Saraiva, temos *Titulus* definido por ‘título’, ou seja, de acordo com Coimbra (1999, p.67), “o título anuncia um outro texto (como é o caso dos títulos de imprensa, de romances, de poemas, etc.)”. Nesse sentido, Coimbra (Ibid.), toma o título como um texto. Um texto que representa outro texto.

Representação, quando observada pelo viés da HIL/AD, pode ser concebida, de acordo com Lagazzi-Rodrigues (2007, p.12), “como uma configuração imaginária, atravessada por processos de identificação”. Uma relação representativa entre

⁸ Imagem retirada do site da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB): <http://www.uesb.br/ascom/noticias/imagens/pergaminho.jpg>.

título/texto se daria em um espaço que buscamos designar como espaço *magnético*, que se constituiria por uma relação entre o “autor” e o “leitor” do título/texto.

Tal espaço *magnético*, potencial, é um espaço em que pelo título tem-se a possibilidade tanto de uma aproximação do leitor em relação ao texto quanto a de um afastamento. Sendo o título um frontispício em relação ao texto, o leitor, ao ser envolvido nesse espaço *magnético*, constitui-se enquanto sujeito-leitor juntamente com o título e os elementos constitutivos, bem como constitui o próprio espaço *magnético*.

Desse processo são constitutivas as condições de produção, o imaginário do sujeito-autor e do sujeito-leitor na relação título-texto e um ponto que salientamos como constitutivos da relação autor/leitor/título/texto é a questão da ética e da política linguísticas (política de línguas⁹).

Entendemos que o título, nesse processo representativo de um texto, traz em si a ética e política linguísticas, que segundo Orlandi (2002c, 2007), são tratadas juntamente com os processos de significação. De acordo com Orlandi:

[...]a questão da ética deve ser remetida ao modo de produção do conhecimento lingüístico em nossas sociedades. Ou seja, deslocamos a questão ética e política que toca a produção lingüística dizendo que a nossa inscrição em uma filiação teórica ou outra é já uma questão de ética ou política lingüística. O saber metalingüístico que produzimos, e que deve estar à disposição de todos na sociedade, já traz inscritas suas direções e conseqüências no momento mesmo em que o formulamos. E sua formulação deriva do lugar (teórico-científico) onde ele se constitui produzindo efeitos sobre os sentidos dos objetos que ele produz. (Orlandi, 2002c, p.99)

A questão da ética e política de línguas articuladas ao processo de produção do conhecimento, quando observada pela perspectiva da relação título/texto, colocamos sob a problemática do lugar e funcionamento do título (em HIL). Como o título vem a representar um texto constituído por/de um conhecimento? Como a ética e política lingüística funcionam nesse lugar representativo? Como se dá a relação autor/leitor em meio a esse processo?

O título é um lugar representativo do conhecimento. Lugar que se constitui ao constituir o objeto que representa. Lugar que possibilita a constituição de um espaço

⁹ A partir de Orlandi (2007), neste trabalho, tratamos política linguística e política de línguas como sinônimos.

de relação entre autor e leitor. Espaço de forças que se fazem representar e, ao se fazerem representar, significam.

No espaço *magnético*, determinado pelas condições de produção, pelas formações imaginárias, o sujeito passa, cf. Orlandi (2002a), de situações empíricas – lugares – para posições-sujeito no discurso. Nessa passagem, tanto as condições de produção do texto quanto as condições de produção de leitura afetam o funcionamento do título, pois tanto na produção do autor quanto na do leitor, “um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2002a, p. 39).

O título, ao mesmo tempo que representa um texto (conhecimento) também é um texto que se relaciona com o autor, pois o autor, segundo Orlandi, 2002, p.73), é a “representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito” (ORLANDI, 2002a, p.73). Uma função designada por Orlandi (2002) e, antes por Foucault (2002a), de “função autor”.

De acordo com Orlandi (2002a, p.75), “o autor é então considerado como o princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência”. É pela função autor que temos o título constituindo-se como um lugar de representação do texto (conhecimento). Um lugar configurado pelo imaginário de que há um liame assegurando que o leitor virtual, projetado no intitular, vá se constituir tal qual enquanto leitor, efeito leitor do/no texto.

Em outras palavras: tem-se um imaginário de que o título (enquanto realização) é o nome do texto. Nome que regularia e direcionaria a interpretação do texto como se houvesse entre título e texto um vínculo natural, intrínseco e não afetado pela exterioridade, pelas condições de produção, constituído de um gesto de interpretação da função autor.

Para se ler o título em HIL, é preciso observá-lo como um objeto passível de equívoco e considerando que a “história das idéias linguísticas inclui o político e põe a questão da ética, uma vez que esta trata do modo como funcionam os princípios que fundamentam a vida social” (ORLANDI, 2002c, p.16). Tais princípios afetam o funcionamento do título, pois “o político se caracteriza como lugar de disputas dos princípios que regem a vida social em suas diferenças, sendo ele próprio a prática dessas diferenças” (ORLANDI, 2002c, p.16). Quanto à questão da ética, Orlandi

(2002c, p.49) afirma que “o sujeito não tem como não ser sempre-já afetado pela ética, como parte de sua constituição”. Dessa forma, a autora enfatiza ainda que:

[...] a questão da ética é já uma questão da própria constituição do sentido. É portanto uma questão geral da linguagem e de seu conhecimento, do saber discursivo. E do modo como esse saber institui uma memória de arquivo, que se consulta, na manutenção de certos sentidos e não outros. (Orlandi, 2002c, p. 63).

Pela reflexão sobre ética e arquivo articuladas com a questão do autor/sujeito/texto(conhecimento)/título, buscamos propor o título como um dispositivo de reflexão do trabalho de leitura em HIL constitutivo, desse modo, de uma memória institucional. Tomando o título como um gesto de interpretação constituído por uma “posição sujeito autor de conhecimento” (ORLANDI, 2002c, p.90), entendemos que esse dispositivo de reflexão é constituído pela história, pelas condições de produção, e isso se marca sobre a materialidade do título.

Poderíamos, assim, por uma reflexão a partir de uma leitura voltada ao título, trazer outro olhar sobre a história, outra versão ou simplesmente novos elementos a comporem as histórias já contadas, movimentando-se entre o mesmo e o diferente.

Em HIL, como já afirmamos anteriormente, o trabalho teórico-analítico de acordo com Guimarães (2004, p.11) envolve três tipos de elementos: “as *instituições*¹⁰., os *acontecimentos* nas instituições que organizam as práticas de produção de conhecimento, as *obras* que formulam este conhecimento ou, dito de outro modo, que resultam do conhecimento produzido”

No que se refere às “instituições”, aos “acontecimentos nas instituições” e às “obras que resultam do conhecimento lingüístico”, observamos que a implantação das primeiras universidades brasileiras se deu mais de um século após a proclamação da Independência do Brasil (1822) e décadas após a implantação da República Brasileira (1889). Entre o final do século XIX e início do século XX, os colégios representavam um espaço de produção de saber *em* e *sobre* a língua, segundo Orlandi (2002c, p.179), “apresentando-se como lugares de conhecimento legítimo, da garantia da unidade lingüística (nacional) e de domínio da ‘boa’ língua, da ‘boa’ retórica, da ‘boa’ escrita”.

¹⁰ Grifos nossos.

Instituições onde os primeiros gramáticos brasileiros, que produziram gramáticas sobre a Língua Portuguesa do Brasil, foram professores: Julio Ribeiro, nosso primeiro gramático (1881)¹¹, ensinou no Colégio Culto à Ciência, de Campinas, São Paulo; João Ribeiro (1887) ensinou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro; Maximino Maciel (1887), no Colégio Militar do Rio de Janeiro, entre outros gramáticos (cf. Orlandi, 2002c, p.180).

Esse momento de produção das primeiras gramáticas de autoria brasileira concomitante com o acontecimento histórico da implantação da República, segundo Orlandi (2007, p.54), faz com que o autor de gramática assuma a posição de um saber linguístico que não constitui meramente o saber gramatical português. O fato de “ter um lugar de responsabilidade como intelectual e ter uma posição de autoridade em relação à especificidade do português do Brasil” (ORLANDI, 2007, p.54) coloca, segundo a autora, a emancipação política do Brasil em relação a Portugal, ou seja, temos uma emancipação da produção do conhecimento linguístico pelo trabalho de produção de gramáticas da Língua Portuguesa para o território brasileiro e nesse movimento, ressalta Orlandi (Ibid.) o que “os gramáticos estão deslocando é a autoridade de dizer *como* é essa língua”, essa nossa língua.

Por essa produção de conhecimento, ou seja, produção de saber *sobre* a língua, ao dizer *como* é essa língua do Brasil, os gramáticos estão “participando da construção do Estado Brasileiro” (Ibid., p.54). Eles estão constituindo uma representação da nossa identidade e esse processo se desenvolve até o início do século XX, visto que, “em 1900, o Estado brasileiro já se estabeleceu com clareza e é ele próprio a garantia da nossa diferença em relação a Portugal” (Ibid., p.56).

A partir do período de ruptura com Portugal, o Brasil precisa se desenvolver em si e por si e, conforme Orlandi (2007, p. 56), a sociedade passa a se organizar “diante de suas necessidades de representação científica, criam-se faculdades, já que a instituição escola adquire maturidade”. Acrescentaríamos que nesse momento, de acordo com José Luiz Fiorin (2006), o ensino superior já tinha começado, no interior de grandes escolas, ainda nos períodos régio e imperial, quando foi instituída tal formação por uma necessidade de, por um lado, formarem-se burocratas para o Estado e, por outro, especialistas na produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes.

¹¹ Os anos entre parênteses correspondem ao ano que os referidos gramáticos publicaram tais obras no Brasil.

A formação superior no interior das escolas destinada a, como aponta Fiorin (Ibid.), suprir necessidades em prol de determinados segmentos da sociedade, perdurou mesmo após a implantação da República, que, segundo Fiorin (Ibid.), “nasce sobre o signo do positivismo”. Sob essa ótica, a instituição universitária era vista como reacionária de modo que o ensino superior se manteve voltado para “atividades bem determinadas” (Ibid., p.14) que visavam a uma manutenção tecnológica do país independente de Portugal.

Se por um lado o Estado manteve o ensino superior voltado para atividades específicas, por outro lado, esse fato não impediu o desenvolvimento de instrumentos tecnológicos que gramatizaram o português brasileiro no interior da instituição Escola - que se coloca como um lugar de produção e também de legitimação do conhecimento linguístico brasileiro. Nesse sentido, as gramáticas produzidas após a República Brasileira instauraram, segundo Orlandi (2002c, p.157), “um *acontecimento discursivo* importante nessa história”, pelo qual temos a “passagem discursiva dita na diferença de dois enunciados: Língua Portuguesa *do* Brasil / Língua Portuguesa *no* Brasil”, em que se passa a produzir um conhecimento *de* nossa língua *em* nossa língua e *em* nosso país.

A problemática que observamos em relação a essa produção do conhecimento, no que diz respeito ao ensino superior voltado a áreas específicas, é a de que, segundo Orlandi (2007, p. 56), após o desenvolvimento das primeiras gramáticas, no início do século XX, passa a haver uma profusão de gramáticas, assim como a autoria praticada que, anteriormente, “garantia a construção conjunta de uma língua e um Estado nosso” começa a ser apagada. Frente a tal conjuntura, questionamo-nos se esse processo de apagamento não seria efeito da ausência de um espaço voltado para a formação de profissionais da área de estudos em/sobre língua? Um espaço voltado para o estudo sobre esses saberes produzidos e reproduzidos por, nesse caso, gramáticos?

Um espaço universitário foi fundado no país a partir dos anos 30 do século XX, quase meio século após a implantação da República Brasileira, e em um momento em que, segundo Fiorin (2006, p.14), “confrontam-se três concepções pedagógicas distintas: a liberal democrática, a liberal elitista e a autoritária”. Ainda de acordo com o autor, cada concepção dessas deu origem a uma universidade,

respectivamente: a Universidade do Distrito Federal (UDF), a Universidade de São Paulo (USP) e a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ)¹².

A primeira universidade a ser implantada, segundo Fiorin (2006) e Guimarães (2004), foi a Universidade de São Paulo, em 1934. Essa tinha uma Faculdade de Filosofia dividida em três seções: Filosofia, Ciências e Letras e a ideologia dominante nessa instituição era a de “formar uma nova elite para o país, educada nos moldes dos países mais adiantados do mundo. Previu-se então que todos os professores fossem recrutados na Europa” (FIORIN, 2006, p.15).

Ao mesmo tempo em que essa instituição democrática elitista era implantada, a Universidade do Distrito Federal (UDF) estava se constituindo no Rio de Janeiro, foi inaugurada em 1935 e no seu interior passou a funcionar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal (UDF), organizada e mantida pelo governo municipal da cidade do Rio de Janeiro, durante seus quatro anos de funcionamento, contou com a contribuição de importantes nomes para o processo de produção do conhecimento lingüístico brasileiro como, por exemplo, o dos professores Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Joaquim Mattoso Câmara Junior, Cecília Meireles, José Oiticica, entre outros, e ainda alunos como Celso Cunha, Othon Moacyr Garcia, Olavo Nascentes e Antônio Houaiss. Para ilustrarmos a importância do Curso de Letras Clássicas da UDF, trazemos uma consideração de Evanildo Bechara:

[Trata-se] de um curso de largo e profundo prestígio cultural dentro das universidades do mundo inteiro e por um aspecto especial de nele, àquela época inicial dos estudos superiores no Brasil, [poder] contar com uma plêiade de mestres europeus, de renome internacional, que vieram ao Brasil, convidados por Afrânio Peixoto em nome do nosso Governo, para lançar as raízes nessa área de estudos universitários: Jean Bourciez,

¹² A Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi organizada pelo então ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos que “por decretos de abril de 1931, o governo baixou o Estatuto das Universidades Brasileiras” (Fausto, 1995, p. 338). Na mesma época, começava a ser organizada a Universidade do Distrito Federal (UDF) por Anísio Teixeira, secretário de Educação, “à margem da participação federal” (Ibid.). Ambas as universidades estavam situadas no Rio de Janeiro, sendo a primeira administrada pelo governo federal e a segunda pelo municipal. Tal relação de poderes, o primeiro, autoritário e o segundo, democrático liberal, ocasionou conflitos que resultaram no fechamento da segunda (UDF) instituição em prol de uma reorganização da primeira (URJ), que acomodou determinados cursos da primeira, vindo a constituir a Universidade do Brasil (UB), em 1939, conforme o Decreto-Lei n. 1063 – de 20 de janeiro de 1939 (Fig. 02) de autoria do então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema.

Jacques Perret, Eugène Albertini, **Georges Millardet**¹³ (BECHARA, 2000, s/p.)

Na época, tanto na UDF quanto na USP, o desenvolvimento das universidades teve como impulso a participação de professores europeus de diferentes campos do conhecimento. No caso da USP, alguns dos professores, conforme aponta Fausto (1995, p.339), “se tornaram grandes figuras das ciências, das artes e da literatura mundiais, como Claude Lévy-Strauss, o criador da antropologia estruturalista, e o historiador Fernand Braudel.

Dos professores que trabalharam na UDF, salientamos o nome de Georges Millardet, romanista, professor da Universidade de Sorbonne. Esse, por intermédio das aulas realizadas em um curso de Filologia Latina e Neolatina (cf. Baldini, 2005a), possibilitou que um ex-aluno, Mattoso Câmara, ministrasse um curso de Lingüística na instituição.

1.3. A constituição do saber lingüístico no Estado Novo (1937-1945)

O curso de Filologia Latina e Neolatina de Millardet foi realizado no ano de 1937, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UDF e foi assistido por alunos da instituição, dentre eles Joaquim Mattoso Câmara Junior, como “ouvinte-inscrito” (Sousa da Silveira, 1941, p.5).

Sobre a presença de Millardet na instituição, o filólogo brasileiro Celso Cunha faz o seguinte depoimento:

Georges Millardet, membro da notável Missão enviada pela França naquele ano decisivo de nossa formação – que também nos trouxe Eugène Albertini e Albert Chereil - foi o **primeiro grande romanista que vimos**¹⁴ de carne e osso. Antenor Nascentes, que então iniciava entre nós o ensino regular da Filologia Românica, muito emocionado, saudou-o em francês, chamando-lhe filólogo exemplar, a ele que se revelara principalmente um **exímio cultor e crítico da dialetologia** e que, voltando à Sorbonne, deixaria também nome e fama de sua indomável bravura na cátedra durante a ocupação alemã (Celso Cunha, 2006, s/p.).

¹³ Grifo nosso.

¹⁴ Negritados nossos.

O ano de realização do curso de Millardet foi o ano de um acontecimento histórico importante no país: a Constituição de 1937, outorgada pelo então presidente Getúlio Vargas, no mesmo dia em que, por meio de um golpe de Estado, era implantada a ditadura do Estado Novo¹⁵. Um acontecimento que afetou as universidades brasileiras nos primeiros anos de atividades como observaremos a seguir.

Após o curso ministrado por Millardet, Mattoso Câmara, que havia acompanhado as aulas, foi convidado para fazer parte do corpo docente da Universidade. A indicação teria sido feita por Millardet para que o ex-aluno viesse a ensinar Latim e Linguística na UDF, em 1938 (Baldini, 2005a, p. 120). O fato ocorreu quando passavam a ser efetuadas as políticas do Estado Novo implantadas pela Constituição de 1937. Essa constituição, segundo Nunes (2001, p.113):

[...] atribuiu à União competência para fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude. Na visão de Francisco Campos, então ministro da Justiça, as diretrizes definiam os valores a que a educação deveria servir e que eram inquestionáveis: a religião, a pátria e a família (Nunes, 2001, p.108).

A Igreja Católica, na Era Vargas, configurou-se como “uma importante base de apoio”, pois teria levado a massa da população católica a ser favorável ao governo. (FAUSTO, 1995, p.332). Da mesma forma que a igreja apoiou o governo Vargas, algumas medidas significativas foram realizadas pelo governo em relação à igreja como, por exemplo, um decreto de abril de 1931, que teria permitido o ensino da religião nas escolas públicas (Ibid.).

Enquanto que o governo Vargas apoiava a igreja, educadores liberais “propunham o corte de subversão do Estado às escolas religiosas e a restrição do ensino religioso às entidades privadas mantidas pelas diferentes confissões”. (Ibid., p.339). Dentre os estudiosos liberais mencionados por Fausto (1995), ressaltamos o nome de Anísio Teixeira, idealizador da UDF, cuja movimentação começava a contrariar os ideais do governo Vargas e da Igreja Católica que exerciam um poder centralizador.

¹⁵ Conforme texto sobre a Constituição de 1937 no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas. Fonte: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

A UDF, organizada por estudiosos liberais, designada como instituição democrática por Fiorin (2006), foi fundada pela prefeitura municipal do Distrito Federal. Desse modo, a instituição “incomodava: aos católicos, pelo seu caráter laico; e às autoridades do governo federal, por ser uma iniciativa municipal”. (NUNES, 2001, p. 115)¹⁶.

O embate entre, de um lado, governo federal/Igreja e, de outro lado, a prefeitura municipal/estudiosos liberais, tem em seu desenrolar uma ação do governo Vargas por meio de decreto-lei, no ano de 1939. O decreto de autoria do presidente da República, Getúlio Vargas e do ministro da educação, Gustavo Capanema, dispõe sobre a transferência das faculdades da UDF para a Universidade do Brasil, instituição que estava sendo fundada pelo governo federal. A seguir observamos a figura 2, ilustrativa do decreto-lei n.1063, pelo qual a UDF foi “extinta no começo de 1939” (SOUSA DA SILVEIRA, 1941, p. 6) dando espaço para a instalação da Universidade do Brasil.

¹⁶ Grifo nosso.

0699/2
DECRETO-LEI N. 1063 - DE 20-1-1939

Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

D E C R E T A:

Art. 1. Ficam transferidos para a Universidade do Brasil os estabelecimentos de ensino que compõem a Universidade do Distrito Federal, ora mantida pela Prefeitura do Distrito Federal.

Paragrafo unico. Ficam excluídos dos estabelecimentos de que trata este artigo o Instituto de Educação, o Departamento de Artes do Desenho e o Departamento de Musica, bem como o curso de formação de professores primarios, o curso de orientadores de ensino primario, o curso de administradores escolares e os cursos de aperfeiçoamento da Faculdade de Educação.

Art. 2. A Faculdade de Filosofia e Letras, a Faculdade de Ciencias, a Faculdade de Politica e Economia e os cursos transferidos da Faculdade de Educação serão incorporados à Faculdade Nacional de Filosofia, Ciencias e Letras.

Art. 3. Os cursos que compõem o Instituto de Artes serão incorporados à Escola Nacional de Belas Artes e à Escola Nacional de Musica.

Art. 4. Os professores catedraticos efetivos, pertencentes aos cursos transferidos, serão aproveitados pelo Governo Federal em cargos da mesma natureza na Universidade do Brasil.

Paragrafo unico. Até que se realize o aproveitamento, os professores catedraticos de que trata este artigo terão todos os

Figura 2¹⁷

¹⁷ Fonte: site da Fundação Getúlio Vargas.

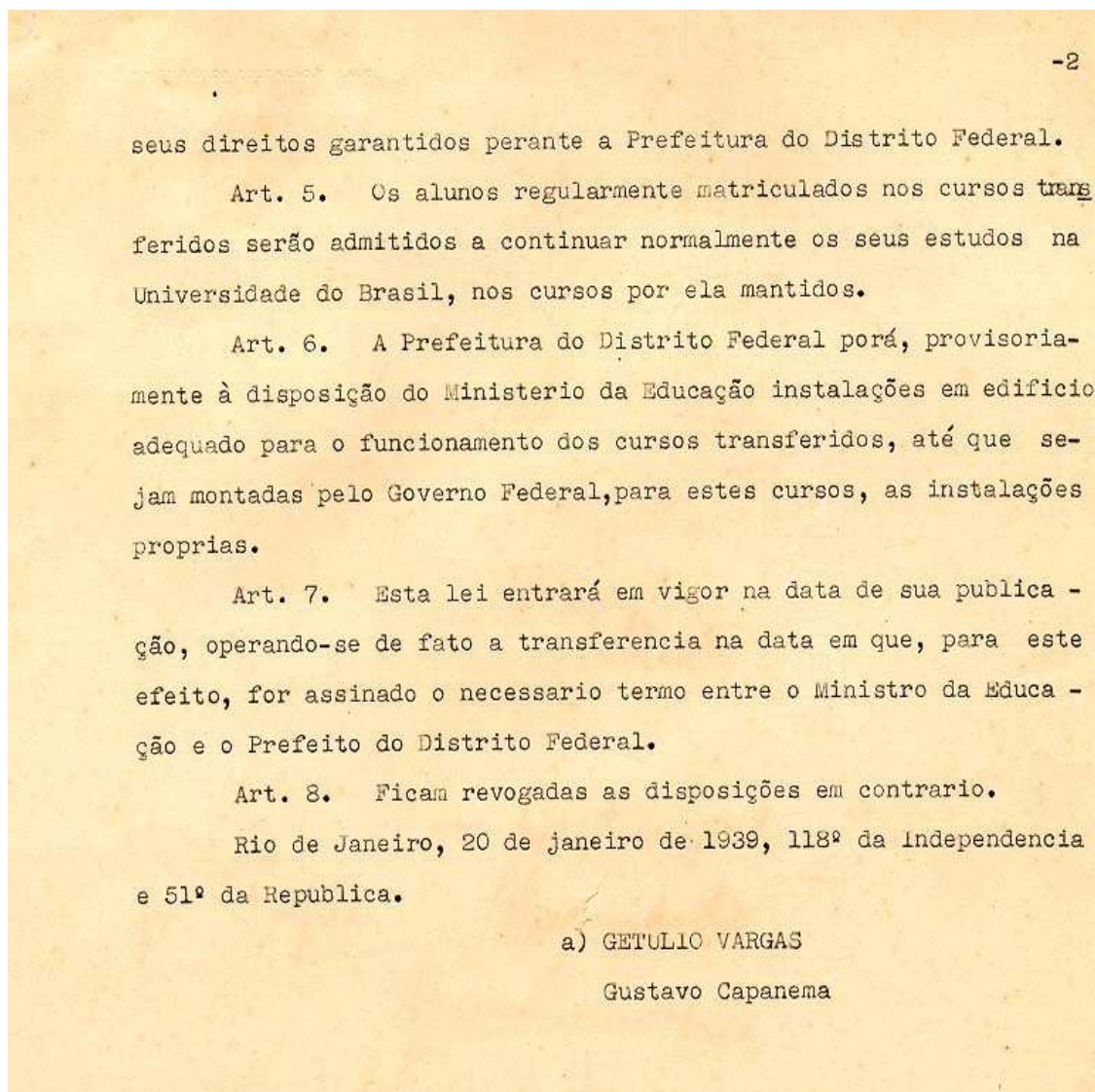


Figura 2a

No período da Era Vargas, a relação entre o governo federal e a prefeitura municipal tinha uma singularidade instituída pela Constituição de 1934 no que diz respeito ao poder executivo. De acordo com o Artigo 56 da referida constituição, a lei determina que “compete privamente ao Presidente da República: nomear e demitir os Ministros de Estado e o Prefeito do Distrito Federal”¹⁸ e o poder legislativo, segundo Nunes (2001, p.107), esse “era exercido por um conselho municipal

18 Fonte: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934). Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm

composto de intendentes eleitos por voto direto e que representavam o interesse de famílias importantes da localidade”.

O poder centralizador da Era Vargas vinha se fazendo presente em leis como, por exemplo, a resolução da Câmara Municipal do Distrito Federal em relação ao projeto de 1935 sobre a(s) forma(s) de designar a língua do Brasil nos livros didáticos, programas de ensino municipais e títulos de cadeiras: A seguir, temos um recorte da resolução de 1935, que trouxemos dos anexos do livro **Os sentidos do Idioma Nacional** de Luiz Francisco Dias (1996):

A CÂMARA MUNICIPAL resolve:

Art. 1º - Os livros didáticos, relativos ao ensino da **língua pátria**¹⁹, só serão adotados nas escolas primárias e secundárias do Distrito Federal quando denominarem de brasileira a língua falada e escripta no Brasil.

§ 1º - Ficam exceptuados da exigência do artigo 1º os livros editados anteriormente a esta lei.

§ 2º - Nos programas de ensino, os capítulos referentes à **língua pátria** deverão referir-se, exclusivamente, à língua brasileira.

§ 3º - As denominações das cadeiras de ensino da **língua pátria** em todos os estabelecimentos de ensino mantidos pela Municipalidade serão imediatamente substituídas pela denominação – Língua Brasileira.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario.

Anais da Câmara Mun. do Distrito Federal. Julho de 1935. p. 315. (Dias, 1996, p.83).

A instituição dessa resolução, e outras posteriores da Era Vargas, é constitutiva de tentativas de se formar, conforme aponta Ana Zandwais (2007), uma “consciência patriótica” ou “consciência nacionalista” na sociedade brasileira. Uma ação do governo sobre a língua, uma ação que parte de fora da língua buscando regular o seu funcionamento.

Do período que esteve em vigor a lei sobre a “denominação” da língua nos livros didáticos (1935-1944), podemos exemplificar por meio de alguns títulos que circulavam na época: **Elementos da Língua Pátria** (1936) de Mattoso Câmara; **Língua Nacional** (1937) de Candido Jucá Filho²⁰, **Idioma Nacional** (1944) de Antenor Nascentes; **Curso de Língua Pátria** (1945) de Mattoso Câmara e Rocha Lima; entre outros.

Tais títulos são representativos de um momento da história da nossa língua. De um momento em que a busca pela formação de uma consciência patriótica ou

¹⁹ Negritados nossos.

²⁰ Lingüista, filólogo e ex-professor catedrático do Colégio Pedro II. Fonte: site do colégio Pedro II: http://www.cp2centro.net/historia/bibliotecas/biblioteca_outras.ASP

nacionalista se fez presente não só no Distrito Federal, mas também em áreas mais isoladas, como no caso das áreas de imigração, em que, segundo Orlandi (2005, p.27), o Estado Novo “exercia forte censura sobre a cultura” e “nessas circunstâncias, era forte o controle sobre a área de educação”.

Na época, a legislação do Estado em relação ao ensino de línguas em colônias de imigrantes foi intensa, pois, de acordo com Orlandi (2005, p.31) “os órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) deviam concorrer para a adaptação dos descendentes de estrangeiros ao meio nacional” e tal trabalho se deu em um momento de nossa história que pode ser ilustrada da seguinte forma:

Sobre que realidade se exercia a repressão do Estado Novo? Havia, então no Brasil, grupos étnicos (como os alemães e os italianos), sobretudo no sul do país, que se organizavam de forma comunitária autônoma. Instalavam-se então núcleos de imigrantes e de descendentes de europeus concentrados em grupos homogêneos, em áreas relativamente isoladas e com organização própria. Falavam suas línguas maternas e sua alfabetização se dava nessas línguas. Eles mantinham ainda publicações em suas línguas de origem. Isso lhes dava uma identidade e cultura muito forte frente ao resto do país (Orlandi, 2005, p. 28).

A presença, no Brasil, de sujeitos que falavam e alfabetizavam os descendentes nas suas línguas maternas e que mantinham ainda publicações em suas línguas de origem, fez com que o Estado se mobilizasse numa tentativa de silenciamento dessas línguas. Uma ação realizada em um momento em que o ensino superior se constituía no Brasil, ou seja, começavam a funcionar faculdades de Letras em que se preparavam professores para atuarem no ensino de língua(s) como a Língua Portuguesa. Também é um momento, segundo Orlandi (2007), de uma profusão de publicações de gramáticas de língua portuguesa.

Mattoso Câmara, enquanto professor em escolas, publicou manuais voltados para o ensino de língua(s), pela editora Briguiet, a partir do ano de 1935, conforme listamos:

- 1) **Elementos de Portuguez**²¹, 1ª série. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1935.
- 2) **Elements of English**, 1ª série. De colaboração com Carlos Ramos. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1935.

²¹ “Em 1938, na segunda edição, o livro teve seu título trocado para **Elementos da língua pátria** [...]” (UCHÔA & MAIA, 1997)

- 3) **Premières leçons de français**, méthode directe, 1^{ère} année. Rio de Janeiro, Livraria Jacinto, 1935.

Já nos anos seguintes 1936 e 1938, o título do primeiro manual apresenta a designação “Língua Pátria” e não mais “Portuguez”, enquanto que o manual de ensino de inglês mantém, para as séries seguintes, o título da primeira edição.

- 4) **Elementos de Língua Pátria**, 1^a série. 2 ed. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1938.
 5) **Elementos de Língua Pátria**, 2^a série. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1936.
 6) **Elementos de Língua Pátria**, 3^a série. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1938.
 7) **Elements of English**, 2^a série. De colaboração com Carlos Ramos. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1936.
 8) **Elements of English**, 3^a série. De colaboração com Carlos Ramos. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1938.

Voltando-nos para o reintitular do manual de **Elementos de Portuguez** para **Elementos de Língua Pátria**, é necessário que levantemos questionamentos que conduzam a uma reflexão sobre as tentativas de apagamento da designação “Português(a)” na instituição escolar e a presentificação de “Língua Pátria” ou, como determinava a Resolução de 1935, a imposição da designação “Brasileira”.

A partir dessas designações associadas à movimentação política do governo federal em relação às línguas estrangeiras presentes no Brasil, passamos a questionar sobre a significação de leis na Era Vargas em relação à língua do Brasil: Por que silenciar línguas como, por exemplo, o alemão e o italiano? Por que a referência à “Língua Pátria” ao lado de “Brasileira” na lei que ilustramos? Por que buscar apagar da instituição escolar a designação “Língua Portuguesa”?

Poderíamos em meio a essas questões lançar a hipótese de que nesse momento de organização de colônias de imigrantes europeus, a designação “Língua Portuguesa” estaria atualizando a memória de um processo de colonização lingüística pelo Português Europeu em um país de recente independência político-cultural, entretanto, observando o movimento de reintitular, nossa atenção se desloca para como o sujeito Mattoso Câmara se posiciona frente à lei que impõe a “mudança” do título do manual para o ensino de português.

Quando entrou em vigor a resolução da Câmara Municipal normatizando que a língua do Brasil fosse nomeada como “brasileira” no lugar de “língua portuguesa”, Mattoso Câmara não foi favorável a essa determinação. Nesse sentido, sobre a tentativa de apagamento da designação “Língua Portuguesa” em prol de “Brasileira”, Baldini (2005a) faz considerações a respeito da posição do professor de português Mattoso Câmara.

Sem tergiversar, Mattoso vê na idéia de uma língua brasileira a mentalidade tacanha daqueles que querem dar ao país uma língua própria, mesmo que não exista, por um certo nacionalismo ignorante. Pacientemente, ao longo de 4 artigos publicados no **Jornal do Brasil**, Mattoso vai desconstruindo cada uma das justificativas do projeto do Deputado Arthur Neiva, que pretendia que, pelo menos no Distrito Federal, o idioma falado fosse denominado “Língua Brasileira”. É interessante, ainda, ver que *o lingüista (ainda não lingüista?)*²² monta sua argumentação na base da observação do idioma e de seu funcionamento (Baldini, 2005a, p.119).

Apesar da posição de professor Mattoso Câmara em relação à lei municipal de 1935, o livro didático - **Elementos de Portuguez** 1ª série - que ele tinha publicado no mesmo ano da instituição do projeto de Arthur Neiva, ao ser reeditado, em 1938, foi reintitulado como **Elementos de Língua Pátria** 1ª série²³ (cf. Uchôa & Maia, 1997).

O fato da reintitulação (1936-1938) é contemporâneo à época em que o linguista (ainda não linguista?) ministra o curso de Linguística na UDF (1938). A intensa atividade do professor de língua e de Linguística faz com que nossa leitura ora se volte para as atividades desenvolvidas pela instituição Escola ora para as atividades desenvolvidas pela instituição Universidade. Uma singularidade de um profissional em que, como define Orlandi (2002c, p.210), “a *tekhné* (conhecimento) e a *empeiria* (o saber) se articulam”. Um profissional que sabe como a língua funciona.

Enquanto reeditava e publicava manuais para o ensino de língua na instituição escolar, Mattoso Câmara começou a desenvolver uma produção voltada para os estudos linguísticos no espaço universitário.

²² Grifo nosso.

²³ O manual didático de Mattoso Câmara (**Elementos de Portuguez. 1ª série**), no ano de 1936, ao ser lançado o volume referente à *2ª série*, já não temos a presença da designação “Português”, sendo a obra intitulada como **Elementos de Língua Pátria. 2ª série**.

Um dos trabalhos produzidos por Mattoso Câmara foi a tradução da obra – **A linguagem: introdução ao estudo da fala**²⁴ – do linguista norte-americano Edward Sapir. (cf. Uchôa, 2004a, p. 21). Outro trabalho produzido diz respeito às aulas preparadas pelo professor para o curso de Linguística, que o filólogo Sousa da Silveira assistiu e faz a seguinte colocação no prefácio da obra **Princípios de Lingüística Geral**.

Em desempenho de funções que eu exercia na Universidade, tive de assistir as aulas do professor Mattoso Câmara. E pelo que observei – erudição comedida, clareza e segurança na exposição, método no desenvolver e encadear a matéria – recebi a agradável impressão de que fora acertada e feliz a escolha que recairia no nome do Dr. Mattoso Câmara. A Universidade do Distrito Federal tinha adquirido um ótimo professor.

Pensei logo em que as **lições de Lingüística**²⁵ do Dr. Mattoso Câmara não deviam limitar-se ao campo restrito da Universidade e sim estender-se também fora dela, em benefício de tantos estudiosos de idiomas, professores ou alunos, que de certo gostariam de dar um pouco de sistematização aos seus conhecimentos e abarcar, do alto e numa síntese salutar, o mecanismo geral da linguagem articulada.

“É preciso” disse comigo “publicar-se o **curso de Lingüística** do Dr. Mattoso Câmara” (Sousa da Silveira, 1941, p. 5-6).

As aulas preparadas por Mattoso Câmara foram publicadas na **Revista Cultura** e intituladas como *Lições de Lingüística Geral*, que vieram a constituir um total de 12 textos escritos entre os anos de 1939 e 1940 (Cf. Uchôa, 2004a, p. 38). Essas “lições”, segundo Rodrigues (2005, p.121), são o “embrião de seu futuro **Princípios de Lingüística Geral**”.

Dessa forma, quando nos voltamos para o enunciado de Sousa da Silveira -“É preciso publicar-se o Curso de Lingüística do Dr. Mattoso Câmara” - ressaltamos que esse filólogo o faz no momento em que a Universidade do Distrito Federal é fechada e a Linguística não teve um “lugar especial” no currículo. Sobre esse fato, observamos as palavras de Sousa da Silveira (1941):

Os que entre nós se interessavam pelos estudos superiores de Letras, logo sentiram certa mágoa: a Faculdade Nacional de Filosofia não concedera **lugar especial**²⁶ à Lingüística. Esta disciplina tinha ou de ficar de todo ausente do ensino ministrado na Faculdade, ou de se derramar, desconexa e imperfeitamente, pelos diversos programas de línguas, sob a forma secundária e inferior de simples pontos das matérias a que os programas se referiam (Sousa da Silveira, 1941, p.6).

²⁴ A tradução foi realizada em 1938, porém, segundo Rodrigues (2005, p.16), Mattoso “só encontrou editor dezesseis anos mais tarde, em 1954”.

²⁵ Grifos nossos

²⁶ Grifo nosso.

A problemática em torno da “extinção” da UDF em prol da implantação da Universidade do Brasil (UB), que não tinha um curso de Linguística, vai ocasionar em uma ausência dessa possível “disciplina” em outras instituições, visto que a Faculdade Nacional de Filosofia da UB passa a ser o modelo a ser seguido pelo ensino superior. Logo, como observaremos a seguir, a Linguística começa a circular em programas de outras disciplinas sob uma “forma secundária”.

O fechamento da UDF, em nossa leitura, pode ser apontado como uma segunda ação do Estado que repercute no trabalho de Mattoso Câmara. Uma primeira ação do Estado seria a implantação da lei sobre a forma de designar a língua do Brasil nos livros de ensino. Fato que fez com que tivesse de ser reintitulado o trabalho de Mattoso Câmara, silenciando a designação “Português”.

Essa primeira ação é voltada para o momento em que Mattoso trabalha com o ensino de *Português*, ensino de língua em cursos primário e secundário. Já, a segunda ação é sobre o trabalho de Mattoso Câmara em *Lingüística*, no ensino superior. Na Universidade que, quando “extinta”, segundo Nunes (2001, p.116), “mais de 50 professores (adjuntos e assistentes) eram dispensados, 500 alunos ficavam sacrificados, e o ensino superior recuava, destruindo a UDF”.

Com a saída de Mattoso Câmara da UDF e sua ausência no corpo docente da Universidade do Brasil, Rodrigues (2005, p.13) coloca que “Mattoso ficou sendo, por mais de dez anos, apenas professor de língua em escolas secundárias”, porém, assim que “saiu” do ensino superior, ele publicou o primeiro manual²⁷ de Linguística intitulado como **Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os estudos superiores em Língua Portuguesa** (PLG). Um trabalho em Língua Portuguesa e voltado para a Língua Portuguesa que, em 1941, foi apresentado por Sousa da Silveira da seguinte forma:

[...] o livro em que elas [as lições de Lingüística Geral] se contêm ficará constituindo não só **uma espécie de cátedra pública em que o douto especialista continua a lecionar**²⁸, suprimindo assim a lacuna universitária, mas também uma advertência às altas autoridades administrativas do ensino, da conviência de se incluir entre as disciplinas dos cursos da

²⁷ Em nota na quarta edição da obra **Princípios de Lingüística Geral**, Mattoso Câmara coloca que “depois desta data [1954], apareceu em Portugal, como publicação interna da Universidade de Coimbra, o excelente curso de Herculano de Carvalho”. Nas referências bibliográficas consta: “Carvalho, 1962: José G. Herculano de Carvalho – Lições de Lingüística, dadas no curso de Introdução aos Estudos Lingüísticos, 3ª ed. Coimbra.”

²⁸ Grifo nosso.

Faculdade Nacional de Filosofia a cadeira de Linguística. (Sousa da Silveira, 1941, p. 6-7).

Após a publicação de PLG, o linguista foi convidado a ministrar um curso de Linguística a etnólogos no Museu Nacional do Rio de Janeiro e, no mesmo ano, segundo Luís de Castro Faria (1977, p. 8), recebeu “uma bolsa da fundação Rockefeller e o patrocínio do Museu Nacional e da Faculdade de Filosofia” para a viagem de estudos entre os anos de 1943 e 1944.

Assim como Mattoso Câmara realizou estudos fora do Brasil, um filólogo, Theodoro Henrique Maurer Junior, docente da USP, “no ano letivo de 1945-1946, foi bolsista da Fundação Rockefeller na Universidade de Yale, onde estudou Sânscrito, hitita, fonética e linguística geral, sendo aluno de Bloomfield” (FIORIN, 2006, p.20). Maurer, ao retornar dos EUA, “começa o estudo da Linguística moderna” na cadeira de Filologia Românica da USP (Ibid., p.20). Nesse momento, passamos a observar não só a iniciativa do trabalho de Mattoso Câmara no Rio de Janeiro em prol dos estudos lingüísticos, como também a de um filólogo em São Paulo.

Mesmo com as dificuldades e imposições de um Estado centralizador e autoritário, até meados da década de 40, a Linguística deu significativos passos em seu processo de constituição no espaço brasileiro pelas atividades realizadas por Millardet e Mattoso Câmara, na UDF (1937-1939). Um passo pode ser apontado como sendo o da formação de dois professores nos estudos lingüísticos: Mattoso Câmara e Maurer. Este enquanto professor da USP e aquele como docente da UDF e que, na década de 50, passa a ser docente da UB.

Outro passo pode ser tomado como sendo um acontecimento que marcou a fundação dos estudos linguísticos no Brasil, ou seja, a publicação do manual de Linguística, **Princípios de Linguística Geral**, em 1941, que “tem sido considerada como o início da lingüística moderna no Brasil, e que mereceu constantes reedições a partir de 1954” (Orlandi, 2002d, p.8),

1.4 O processo de institucionalização da Linguística

Após ter constituído um momento significativo em meio ao “período da ditadura de Vargas no Estado Novo” (ORLANDI, 2005), a Linguística passa a se desenvolver nas décadas de 40 e 50. Isso se dá a partir do retorno do linguista Mattoso Câmara e do filólogo Maurer dos EUA, bem como do trabalho realizado por outros estudiosos.

O momento ao qual nos reportamos é voltado para a presentificação da Linguística nas instituições de ensino superior por iniciativa de alguns docentes que passaram a indicar a leitura de **Princípios de Linguística Geral** em disciplinas e também voltado para tentativas de implantação dos estudos lingüísticos enquanto disciplina nas Faculdades de Filosofia. Se de um lado ocorreram iniciativas individuais, buscando desenvolver os estudos lingüísticos enquanto uma disciplina autônoma, por outro lado, é possível observarmos que, para alguns estudiosos, a Linguística era tomada como um conhecimento auxiliar a outras ciências, como é o caso, por exemplo, do professor Gladstone Chaves de Melo que, na obra **Iniciação à filologia portuguesa** (1957), teria, segundo Mattoso Câmara (1976, p.58), reivindicado “para a linguística apenas o papel de auxiliar eficiente da pesquisa filológica, embora, numa segunda edição da obra, ele tenha modificado essa visão minimizante da lingüística”.

No que diz respeito ao retorno de Mattoso Câmara ao ensino superior, a Linguística, na Universidade do Brasil, foi novamente ensinada após o linguista (re)começar a fazer parte do quadro docente em 1950, quando foi “convidado de novo para lecionar lingüística na Faculdade Nacional de Filosofia do Brasil (Rio de Janeiro)²⁹ (MATTOSO CÂMARA, 1976, p.49).

Antes disso, Mattoso Câmara submeteu a tese de doutoramento **Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa**³⁰ para avaliação. (cf. Rodrigues, 2005, p. 13-14). A banca examinadora, segundo Maximiano de Carvalho e Silva (1984, p.74), foi presidida por Sousa da Silveira e “com base nessa tese e nos exames requeridos, [Mattoso Câmara] obteve o título de Doutor em Letras Clássicas no ano de 1949” (RODRIGUES, 2005, p. 14).

²⁹ Salientamos que a expressão “convidado de novo” está, em nosso entendimento, relacionada ao lugar que a instituição representa. O lugar de referência, o lugar que antes era a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras e que foi “extinta” dando lugar a Faculdade Nacional de Filosofia.

³⁰ De acordo com Yonne Leite (2004, p.15), é a partir dos estudos realizados nos EUA, desse período de maturação lingüística, que Mattoso Câmara constitui a tese de doutoramento em Linguística.

Frente ao fato de as atividades de Mattoso Câmara, na FNF, terem (re)começado na década de 50, para nós, intensifica-se a inquietação em relação aos anos anteriores, pois, se na Faculdade Nacional de Filosofia a Linguística estava ausente(?), em que lugar(es) e de que forma tais estudos permaneceram?

No que diz respeito à Faculdade de Filosofia da USP, temos observado trabalhos que trazem a história de atividades do professor Maurer na instituição, como por exemplo, textos de Eni Orlandi (1984, 2002), José Luiz Fiorin (2006) e Maria Cristina Altman ([1998] 2004). É recorrente entre esses textos que, com o retorno do professor Maurer dos EUA, a Linguística foi ensinada na disciplina de Filologia Românica, em 1947 e, de acordo com a leitura de Altman (2004, p. 109), Maurer “divulgava Mattoso Câmara”, chegando a ter as aulas “atacadas” pelo professor Silveira Bueno, da cadeira de Filologia Portuguesa. A seguir apontamos um recorte de entrevista realizada por Altman (2004).

Silveira Bueno atacava Maurer durante as aulas, em nome da Lingüística. Não eram ataques pessoais. Eram ataques à Lingüística. Os alunos só podiam ler os seus (de Bueno) livros. Era proibido ler Silva Neto. Imagine, então, Mattoso Câmara... (Altman, 2004, p. 109).

O apontamento sobre “Ler Mattoso Câmara” nessa época leva-nos a buscar por uma entrevista concedida a integrantes do Laboratório Corpus da UFSM, em outubro de 2007, pelo professor Aryon Rodrigues, em que colocamos a ele uma questão sobre quando teria sido o seu primeiro contato com Mattoso Câmara e Rodrigues nos respondeu que foi pela leitura da obra **Princípios de Lingüística Geral**, que ganhou de presente de um professor. Este fato passa a significar em nossa leitura, pois Rodrigues cursou Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) entre 1947 e 1950, na qual foi aluno de Rosário Farani Mansur Guérios.

A Faculdade de Filosofia da UFPR foi fundada em 1938 e acerca das aulas ministradas por Mansur Guérios, Altman (2004) nos traz o recorte de um depoimento:

Nas aulas da Faculdade de Filosofia, Guérios dava de tudo. E não era só Saussure. Conhecia Sapir (sem tradução nenhuma) e ensinava Bloomfield também. Empréstava livros como o de Mattoso Câmara e estimulava os alunos. Na verdade, ele dava informalmente Lingüística nas aulas de Língua Portuguesa (Altman, 2004, p. 114).

As colocações a respeito da “leitura de Mattoso Câmara” na disciplina de Língua Portuguesa da UFPR e na disciplina de Filologia Românica na USP conduzem-nos a problematizar o título da obra de Mattoso Câmara: **Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os estudos superiores em Língua Portuguesa** (1941) em relação à circulação dessa publicação por disciplinas como, por exemplo, Filologia Românica (Maurer/USP), Língua Portuguesa (Mansur/UFPR) ou Língua e Literatura Grega. Essa última, ministrada também na Universidade de São Paulo, entre 1952 e 1964 por um professor visitante, o francês Robert Henri Aubreton (cf. Altman, 2004, p.108). De acordo com Altman (2004):

Esse professor conseguia bolsas do governo francês para que seus alunos, ou os alunos que Maurer indicasse, fossem estudar na França. E alguns alunos, formados no final dos anos sessenta, estimulados pelos cursos de Aubreton, de fato, foram. Ali tiveram – e dali trouxeram – informações sobre o que se fazia ‘de moderno’ em matéria de estudo da linguagem (Altman, 2004, p. 110).

Do início dos anos 50 até a primeira metade da década de 60, mesmo com Mattoso Câmara ministrando uma disciplina na Universidade do Brasil, a Linguística ainda assim permaneceu às margens da instituição universitária. Os passos dos estudiosos eram dados em outros campos do conhecimento, em disciplinas já legitimadas nas instituições, como citamos, a Filologia, a Língua Portuguesa ou a Literatura e além dessas, a Linguística também se constituiu no espaço dos estudos antropológicos.

Ao trabalho de professor de português e professor de linguística, na década de 50, somou-se ao trabalho de Mattoso Câmara as atividades que desenvolvia na Divisão de Antropologia do Museu Nacional, das quais algumas são apontadas por Rodrigues.

Em 1953, [Mattoso Câmara] participou da reunião do Museu Nacional em que foi fundada a Associação Brasileira de Antropologia, tendo feito um relatório sobre a lingüística e sua relevância para os estudos antropológicos. Em 1955, falou sobre **língua e cultura**³¹ aos antropólogos do Museu do Índio, que, havia pouco, fora criado por Darcy Ribeiro. Em 1957, o Museu Nacional publicou o **Manual de Transcrição Fonética**³², que Mattoso organizou como orientação prática para antropólogos em contato com línguas indígenas. Em 1958, organizou um Setor Lingüístico na Divisão de

³¹ Grifo nosso

³² Grifo do autor.

Antropologia do Museu Nacional [...]. Logo apoiou o estabelecimento de um acordo entre o Museu Nacional e o *Summer Institute of Linguistics*, pelo qual se estimulava a pesquisa de línguas indígenas brasileiras por aquela instituição cuja atuação estava sendo incentivada principalmente pelo antropólogo Darcy Ribeiro (Rodrigues, 2005, p.21).

Considerando que, no início dos trabalhos de Mattoso Câmara nos estudos linguísticos, foi marcante a antropologia estrutural, salientamos que, no ano de 1954, o linguista publicou a segunda edição do manual de Linguística, em que o título passa de **Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os estudos superiores em língua portuguesa** para **Princípios de Lingüística Geral: como introdução aos estudos superiores em língua portuguesa** e nessa ampliação, segundo Uchôa (2004b)³³, é posta uma relação entre língua e cultura, que, em nosso entendimento, é constitutiva do espaço no qual o linguista está inserido. Resta-nos questionar sobre os títulos de PLG: quais os efeitos de sentido constitutivos do movimento da reintitulação? Quais as possíveis leituras sobre o movimento discursivo de “fundamento” para “introdução”?

Nesse sentido, pela presença da Linguística no lugar dos estudos antropológicos desenvolvidos no Museu Nacional, foi possível o desenvolvimento de uma relação entre língua/cultura, porém, faz-se necessário salientar que é pela posição linguista que esse sujeito autor Mattoso Câmara produz conhecimento voltado para a constituição da ciência da língua no país, pois busca constantemente constituir um lugar “autônomo” para os estudos linguísticos, delineando fronteiras entre os estudos linguísticos e antropológicos, como podemos observar por suas palavras:

[...] a língua é uma parte da cultura, mas uma parte que se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente. [...] Esta condição já faz possível, ou até propicia o estudo da língua em separado, como um todo que se basta a si mesmo; e o lingüista se destaca do antropólogo (Mattoso Câmara Jr., [1955] 2004, p. 289).

A busca pela autonomia da ciência Linguística, que encontrou espaços para se desenvolver, inquietava estudiosos de outras disciplinas. Mattoso Câmara foi um linguista que produziu e circulou por diferentes campos do conhecimento. Da mesma forma que foi membro fundador da Associação Brasileira de Antropologia, também

³³ “É importante registrar, ainda documentando o discurso antropológico de Mattoso Câmara, que a palavra *cultura*, palavra certamente base desse discurso, já aparece no texto da 2ª Edição revista aumentada de *Princípios* (1954)” (Uchôa, 2004b, p.07).

foi membro fundador da Academia Brasileira de Filologia e, constantemente, publicava pelo campo dos estudos filológicos.

Nas décadas de 40 e 50, de acordo com Uchôa (1997, p.167), “assiste-se, nesse período, à absoluta hegemonia no Brasil dos estudos identificados e designados como filológicos” e dentre as publicações de Mattoso Câmara relacionadas a tais estudos, salientamos duas apontadas por Uchôa (1997). Uma é a segunda edição de **Princípios de Lingüística Geral: como introdução aos estudos superiores em língua portuguesa**, de 1954, a qual foi lançada pela coleção designada de “Biblioteca Brasileira de Filologia” (Uchôa, 1997, p.168).

Outra é o dicionário de Mattoso Câmara publicado em 1956. Um apontamento, no que diz respeito à Filologia, é feito por Uchôa (1997) a partir do título dessa publicação.

São várias as obras que foram publicadas com o termo *filologia* no título. Até mesmo o lingüista Mattoso Câmara é autor de um *Dicionário* cuja 1ª edição (1956) vem com o nome de **Dicionário de Fatos Gramaticais**³⁴, mas que, a partir da 2ª edição (1964), aparece como **Dicionário de Filologia e Gramática**, com o subtítulo: Referente à Língua Portuguesa. A designação de **Dicionário de Lingüística e Gramática** só ocorre em edição posterior (1977) à morte do autor, por responsabilidade exclusiva do novo editor. O título inicial de *Dicionário* mereceu certas críticas. (Uchôa, 1997, p.167-168).

Com relação à primeira edição do dicionário, Mattoso Câmara inicia o prefácio com a seguinte colocação: “Este dicionário não versa a Nomenclatura Gramatical como orientação para o emprego dos termos técnicos [...]” e acrescenta “não se visou ao problema terminológico, senão a uma divulgação de conhecimentos doutrinários” (Mattoso Câmara, 2002, p.30).

O momento da publicação da obra é contemporâneo à problemática em torno da terminologia das normas gramaticais que não tinham uma nomenclatura instituída, oficializada. Desse modo, tendo em vista a profusão de gramáticas que estavam sendo produzidas, como já observado por Orlandi (2002), até mesmo Mattoso Câmara chega a colocar que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante, NGB) seria “um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura” (Ibid., p.101).

³⁴ Negritados nossos.

Nesse sentido, um ano após a publicação do **Dicionário de Fatos Gramaticais** (1956), começava a elaboração da NGB, conforme coloca Guimarães.

A partir de abril de 1957 e durante o ano de 1958, foi elaborada, com o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura, a conhecida Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), estabelecida por portaria do MEC em 28 de janeiro de 1959. A NGB se reduz a ser uma organização terminológica sem teoria que a sustente adequadamente. Sabe-se, no entanto, que as gramáticas escolares que se fizeram a partir daí adotam consistentemente tal nomenclatura (Guimarães, 2004, p.34).

No momento da produção das primeiras gramáticas de autoria brasileira, segundo Orlandi (2002c, p.158), “o processo de gramatização brasileira do português constitui assim um saber sobre a língua”, processo que vai se modificando ao longo do século XX, quando temos uma “profusão de autorias [e], nesse excesso, começa o apagamento da materialidade da autoria praticada no século XIX” (Orlandi, 2002c, p.160). Dessa forma, com a NGB, esse “excesso de autorias” passa a ser controlado, pois é decretada uma “uniformização da terminologia”, conforme observamos pelas palavras de Orlandi.

Com a NGB (1959) este estado de coisas muda sensivelmente, quando é uma comissão que, a partir de um decreto, estabelece a homogeneidade de uma terminologia que des-autoriza as variadas posições (gramática geral, gramática histórica, gramática analítica, gramática descritiva etc.) dos gramáticos que traziam para si a responsabilidade de um saber sobre a língua (Orlandi, 2002c, p.160).

Com a intervenção do Estado na relação institucional do brasileiro com a língua, segundo Orlandi (2002c, p.160), via gramática, temos o lugar de autoria do saber *sobre a língua*, legitimada pelo gramático, sendo apagada. Essa autoria “deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo lingüista” e ainda segundo Orlandi (2002c, p.160) ao linguista caberá o lugar do conhecimento científico da língua, assim, “há uma transferência do conhecimento do gramático para o lingüista”.

Em meio a esta relação entre o gramático e o linguista, observando o(s) título(s) do dicionário de Mattoso Câmara, questionamo-nos sobre o porquê de, em 1964, o linguista Mattoso Câmara reintitular o dicionário como **Dicionário de Filologia e Gramática: referente à língua portuguesa** e não colocar a designação “Lingüística”?

Buscando refletir sobre essa questão, primeiramente, exporemos as palavras de Mattoso Câmara em relação ao “novo título” no prefácio da segunda edição da obra.

O novo título, que é uma mudança de detalhe, vale como símbolo dessa remodelação, procurando acentuar o caráter da obra e **evitar o que no título antigo poderia sugerir profissão de fé no empirismo**³⁵, que rejeito e sempre rejeitei; outra mudança de detalhe foi nas referências bibliográficas e na sua ampliação a fim de informar e orientar os leitores. (Mattoso Câmara, 2002, p. 28).

A obra foi reintitulada após dois acontecimentos na área de Letras. O primeiro, “o acontecimento discursivo que a NGB constitui” (BALDINI, 2005b, p.85) e o segundo, o acontecimento da instituição da disciplina Linguística como obrigatória nos cursos de Letras por uma Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) em 1962. Observemos a seguir um recorte do documento:

Resolução. O conselho Federal de Educação, usando da atribuição que lhe confere os arts. 9.º (letra e) e 70.º da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e tendo em vista o Parecer n. 283-62, que a esta fica incorporado, RESOLVE:

Art. 1.º - O currículo mínimo dos cursos que habilitam à licenciatura em Letras compreende 8 (oito) matérias escolhidas na forma abaixo indicada, além das matérias pedagógicas fixadas em resolução especial:

1. Língua Portuguesa
2. Literatura Portuguesa
3. Literatura Brasileira
4. Língua Latina
- 5. Linguística**
- 6. e 8. Três matérias escolhidas dentre as seguintes:**
 - a) Cultura Brasileira
 - b) Teoria da Literatura
 - c) Uma língua estrangeira moderna
 - d) Literatura correspondente à língua escolhida na forma da letra anterior
 - e) Literatura Latina
 - f) Filologia Românica**
 - g) Língua Grega
 - h) Literatura Grega**

§ 1.º - A escolha das matérias constantes das letras e e g do item 6-8 importa em obrigatoriedade das matérias constantes das letras d e h do mesmo item, respectivamente.

§ 2.º - [...]

³⁵ Grifo nosso.

Art. 3.º - Será de 4 (quatro) anos a duração dos cursos de Letras, **entrando em vigor esta Resolução a partir do ano letivo de 1963**³⁶.
(Castilho, 1963, p.26)

Essa Resolução do CFE desloca sentidos da *disciplina Linguística*, pela/para a qual o linguista buscava por um “lugar especial” no espaço institucional e que, no entanto, durante anos, permaneceu às margens em outras disciplinas como, por exemplo, na Filologia Românica (ministrada por Maurer, na USP, entre as décadas de 40 a 60) e na Literatura Grega (ministrada por Aubreton, na USP, entre 1952-1964). Mesmo depois de a disciplina estar sendo ministrada em instituições de ensino superior, a resistência de estudiosos de outros campos do saber, de acordo com Altman (2004, p.107), permaneceu: “Os anos sessenta assistiram a uma nova e definitiva disputa entre a Filologia e Linguística pelos espaços institucionais disponíveis”.

O embate que, de acordo com Altman (Ibid., p.106), em um primeiro momento, teria sido “de ordem social, de interesse institucional e, até mesmo, de incompatibilidades pessoais”, anterior à Resolução do CFE; em um segundo momento, constitui-se como uma disputa de lugares institucionais. A Linguística, por essa resolução, é colocada em um “lugar especial” institucional, pertencente ao currículo mínimo, enquanto que, por exemplo, a disciplina de Filologia Românica equivale ao que se pode chamar hoje de uma “disciplina eletiva”.

A Filologia Românica que teria possibilitado o início dos estudos em Linguística no espaço universitário brasileiro, seja na UDF com Millardet ou na USP com Maurer, passa a ter um lugar secundário na Resolução de 1962. A não obrigatoriedade da Filologia ao lado da obrigatoriedade da Linguística nos cursos de Letras coloca esta disciplina em um lugar privilegiado em relação àquela.

Esse deslocamento vem a constituir uma problemática no momento da passagem da disciplina Linguística de um “não-lugar especial” a um “lugar especial”: antes da Resolução, tínhamos o linguista buscando constituir um lugar para si e para a disciplina; depois da resolução, temos lugares para a *disciplina Linguística* reclamando por um linguista. É um deslocamento da falta de lugar para o excesso de lugares destinado à disciplina Linguística.

³⁶ Negritados nossos.

Essa questão pode ser ilustrada, a partir das palavras de Castilho no início de 1963:

Digno de aplauso é também o alinhamento da Lingüística entre as disciplinas básicas; não resta dúvida que as judiciosas ponderações do Prof. Aryon Dal'igna Rodrigues externadas em Brasília a 13-2-1963 são merecedoras de nossa consideração. Com efeito, argumentando que em nosso país não há 73 lingüistas para igual número de Faculdades de Filosofia, estas, “considerando-se obrigadas a ministrar o ensino de Lingüística, irão fatalmente em grande número de casos, aproveitar, para esse ensino, pessoas que, não tendo preparo adequado, declarem-se já mesmo por razões econômicas dispostas a ensinar o que supõem ser Lingüística, e que tem muita probabilidade de ser a mais atrasada gramatiquice (Castilho, 1963, p.28-29).

Em meio a essa tentativa de implantação da disciplina Linguística nas Faculdades de Filosofia, segundo Altman (2004, p.116), no verão de 1963, chegou, à recém-criada Universidade de Brasília, o professor Aryon Rodrigues com a finalidade de promover “um curso intensivo de Lingüística destinado à preparação dos professores universitários que deveriam ministrar a nova disciplina”. O curso foi ministrado por Rodrigues e professores do Summer Institute of Linguistics (doravante, SIL)³⁷ e a presença de tais pesquisadores foi possível por um “convênio SIL e UnB, efetivado por Darci Ribeiro, data de 1962” (Ibid., p.116).

Nesse mesmo ano, “Rodrigues implantou o primeiro departamento autônomo de Linguística e o primeiro programa de pós-graduação, em nível de mestrado, voltado especificamente para a formação de pesquisadores em Lingüística”. (Ibid., p.117). Esse trabalho, desenvolvido juntamente com os professores do SIL, teve curta duração, pois com a Revolução de 1964, “em 1965, os programas de pós-graduação se dissolveram” (Ibid.)

De acordo com Altman (Ibid., p.117), “ao menos burocraticamente, a Lingüística constituiu, pela primeira vez, um programa de ensino e pesquisa distinto de um programa de Filologia/Língua Portuguesa e de Teoria Literária”.

Após a Resolução de 1962, instituindo a disciplina Lingüística, e a Revolução de 1964, que enfraqueceu o curso de mestrado em Lingüística da UnB até seu fechamento em 1965, foram organizados e realizados cursos voltados aos estudos

³⁷ Segundo Altman (2004, p.116), “o primeiro acordo do SIL com uma instituição brasileira data de 1959 (‘Acordo firmado entre o Museu Nacional da U.B. e o Summer Institute of Linguistics [...]’).

lingüísticos pelo país no intuito de preparar os professores para ministrarem a “nova” disciplina.

Um primeiro evento foi o *I Seminário de Orientação Lingüística*, realizado no Rio de Janeiro, entre 12 e 24 de julho de 1965. Nele foram ministrados três cursos: “History of Linguistic Ideas and Concepts” de Joaquim Mattoso Câmara Jr.; “Techniques of Descriptive Linguistics (special emphasis on Tagmemics)” de Sarah Gudchinsky e “Orientation in Applied Linguistics” de Francisco Gomes de Mattos³⁸. Já o *II Seminário de Orientação Lingüística* foi realizado de 11 a 16 de julho de 1966, na cidade de São Paulo.

No mês seguinte, aconteceu o *I Seminário de Lingüística em Marília*, onde os professores Mattoso Câmara e Maurer, respectivamente, proferiram as conferências: “O Estruturalismo Lingüístico” e “A Lingüística Histórica”. A presença desses dois estudiosos é significativa se observarmos a articulação entre a Linguística e a Filologia aí presentificada, em meados dos anos 60, visto que, segundo Altman (2004, p.110), “diante da implantação oficial da disciplina Lingüística, entretanto, Maurer – e Salum – fizeram uma clara opção pela Filologia e pela sua tradição de pesquisa”.

Essa tomada de posição, por sua vez, não implicou necessariamente em uma oposição ao conhecimento dos estudos linguísticos. Um exemplo disso é que, em janeiro de 1965, Eni Orlandi, juntamente com os colegas Emílio Giusti e Lélia Erbolato fizeram um pedido dirigido à Faculdade de Filosofia solicitando a criação do curso de pós-graduação em Linguística Geral e, para isso, contavam “com o apoio integral do Dr. T. H. Maurer, professor de Lingüística Indo-Européia”. O pedido foi “atendido de forma parcial, isto é, o curso começaria como curso de Especialização em Letras”, mas logo, “em 1966, já passava a ser reconhecido como curso de Pós-graduação em Lingüística Geral” (ORLANDI, 1984, p. 211-212).

Pontuando as colocações de Orlandi no *Depoimento sobre o início da pós-graduação em Lingüística da USP*³⁹, ilustramos suas palavras acerca da posição tomada pelo professor Maurer em relação à disciplina Linguística.

Sempre [Maurer] soube separar seu projeto pessoal, do projeto de Linguística Geral e, embora crítico, incentivou nossos trabalhos e a necessidade de se constituir a Lingüística em sua autonomia, o que, de

³⁸ Fonte: Seção *Notícias* da Revista **Estudos Lingüísticos** (n.1, ano 1966, p.45).

³⁹ Texto publicado no Boletim da Abralín de 1984.

alguma forma, não era a posição de outros professores da cadeira de Filologia Romântica para quem a Lingüística, institucionalmente, deveria continuar como uma disciplina de Filologia **Românica**⁴⁰ (Orlandi, 1984, p. 212).

O percurso de tais palavras nos leva, por um lado, a observar a heterogeneidade instaurada na relação de filólogos com a Linguística. Em um momento, dois campos de estudo parecem se harmonizar pelo trabalho de filólogos como Maurer e, em outros momentos, parecem chocar-se pela tentativa de estudiosos em delimitarem o espaço de sua área do conhecimento, quer dizer, nem a aceitação seria total, tampouco o afastamento.

Maurer, como aponta Orlandi (1984), desenvolveu trabalhos em Linguística, todavia, ratificava seu lugar nos estudos filológicos. De forma equivalente, Salum chegou a não olhar com bons olhos os trabalhos em Lingüística desenvolvidos em disciplinas na USP, nessa época (cf. Altman, 2004). Não obstante, traduções sob a coordenação desse filólogo foram publicadas, por exemplo, textos canônicos como **Curso de Lingüística Geral** de Saussure e **Lingüística e Comunicação** de Jakobson. Além disso, Salum foi um dos responsáveis pela fundação do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo – GEL (cf. Orlandi, 2002b).

Se por um lado temos filólogos em uma relação de aproximação e afastamento no que diz respeito aos estudos lingüísticos, por outro, não podemos deixar de abordar o movimento do linguista acerca da Filologia. Movimento pelo qual observamos um linguista (re)intitulando um trabalho como **Dicionário de Filologia e Gramática: referente à Língua Portuguesa** ao mesmo tempo em que busca por uma autonomia da Linguística.

⁴⁰ Grifo da autora.

PARTE II

2. OS MOVIMENTOS DAS DESIGNAÇÕES NO REINTITULAR DE PUBLICAÇÕES DE MATTOSO CÂMARA

Com base nos temas abordados na Parte I desta dissertação em que buscamos circunscrever o modo de historicização de reintitulações na obra de Mattoso Câmara, isto é, o movimento de designações no reintitular de publicações; nesta Parte II, desenvolveremos a análise das designações recortadas nos títulos, fundamentando-nos especialmente na concepção de Horizonte de retrospecção de Sylvain Auroux (1992).

Pautando-os no horizonte de retrospecção, voltamos nosso olhar para a história da institucionalização e consolidação da Lingüística Brasileira tendo como dispositivo de reflexão as reintitulações das três publicações de Mattoso Câmara que compõem o corpus deste estudo. Para tanto, nossa análise é organizada em dois momentos principais e uma fase de deslocamento entre eles.

O *primeiro momento* é voltado para a instituição escolar e o *segundo momento* para a instituição universitária. Como tais momentos ocorrem de modo próximo, um começa e o outro acaba, fazemos uma reflexão voltada para um movimento de deslocamento.

Esse deslocamento não pode ser entendido como uma passagem de um lugar para outro lugar, mas como um movimento constitutivo no sentido de que o lugar primeiro faz parte do lugar segundo, não enquanto soma, mas como uma ressignificação.

O corpus de nosso estudo é composto de títulos da obra de Mattoso Câmara, dos quais recortamos quatro movimentos de reintitular para trabalharmos enquanto dispositivos de reflexão sobre a história da Linguística. Nesse sentido, entendemos que, como afirma Orlandi (2000b), não se conta sem se fazer recortes e, para isso, é

necessário um cuidado importante: o de fornecer “a visibilidade dos instrumentos pelos quais estes recortes são feitos para que o leitor possa se situar”.

A seguir, ilustramos o movimento das designações simbolizadas por (→):

Tabela 1: Reintitulações

ANO	TÍTULO		ANO	TÍTULO		ANO	TÍTULO
1935	Elementos de portuguez ⁴¹	→	1936	Elementos da língua pátria	-	-	-
1941	Princípios de lingüística geral: como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa	→	1954	Princípios de lingüística geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa	-	-	-
1956	Dicionário de fatos gramaticais	→	1964	Dicionário de filologia e gramática: Referente à língua portuguesa	→	1977	Dicionário de lingüística e gramática: Referente à língua portuguesa

A escolha por (re)intitulações se deve ao fato de questionarmos a relação do título com a história. Que forças estariam movimentando o lugar e o funcionamento do título para que seja possível que trabalhos de um autor sejam novamente intitulados?

A escolha dos títulos como objeto deste estudo deve-se ao fato de que temos como esteio basilar de nossa reflexão o processo de institucionalização da Linguística. Dessa forma, tomamos como objeto de análise os títulos do dicionário de Mattoso Câmara (tabela 3), que são contemporâneos à Resolução do CNF, de 1962. Já os títulos dos manuais de ensino de português e de ensino de Linguística (tabelas 1 e 2) são constitutivos dessa análise por nos permitirem estabelecer uma relação de deslocamento histórico entre um saber a língua (manual voltado para o ensino escolar de gramática) e um saber sobre a língua (manual voltado para o

⁴¹ As observações negritadas são nossas no intuito de salientar o recorte que realizamos para análise.

estudo sobre a língua destinado a professores de língua) que se dá mediante a institucionalização da Lingüística no país.

Filiamos nossa análise na concepção de que “o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de restrospecção (AUROUX, 1987b), assim como um horizonte de projeção” (Id., 2001, p.11). Nesse sentido, trabalhamos com a proposta de Auroux (2008), de que há um conjunto de conhecimentos antecedentes e é pelo horizonte de retrospecção que podemos atestar que “o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo”. (Auroux, 2008, p.141).

Se tomamos o título como representação de um texto (conhecimento), fundamentamos nossa proposta na idéia de que o título é constituído de e pela temporalidade. Um título é inscrito na história por uma relação com um conhecimento/saber. Uma relação realizada a partir das condições de produção do sujeito autor, quando o título tomado enquanto formulação e a partir das condições de produção do sujeito leitor, quando for lido, seja por um sujeito comum ou por um sujeito analista (cf.Orlandi, 1996).

Apesar de as condições de produção do sujeito leitor e do sujeito autor poderem estar situadas em diferentes momentos na espessura temporal, uma se constitui por uma relação com a outra, pois, embasados em Orlandi (2002a), por um lado, as condições de produção do sujeito autor ao intitular são afetadas pela projeção imaginária de um leitor virtual. Já, por outro lado, as condições de produção do sujeito leitor, frente ao título, são constituídas pelo imaginário de que o título anuncia um texto (conhecimento) correspondente à projeção realizada.

Em meio a isso, o título em questão se constitui pelas condições de produção do sujeito autor e é ressignificado pelas condições de produção do sujeito leitor. A possibilidade de ressignificação, imprime ao título uma temporalidade, pois está inserido no tempo e pode ser tomado enquanto objeto de leitura na/pela história.

Nesse sentido, direcionando-nos para nosso ponto de análise centramos nossa leitura sobre o processo de institucionalização da Linguística, ou seja, nos movimentos de designações contemporâneos à institucionalização - “fundamento” e “introdução”, “fatos gramaticais”, “filologia e gramática” e “Lingüística”. Para isso, realizamos uma reflexão sobre um movimento anterior ao processo, que é o das designações “português” e “língua pátria” chegando à designação “fundamento”.

2.1 O re-intitular no processo de constituição do *saber a língua* à sistematização do *saber sobre a língua*

As publicações de Mattoso Câmara contemporâneas à Era Vargas são constitutivas de em um momento em que o ensino superior estava se organizando no Brasil pela fundação das primeiras universidades e, segundo Orlandi (2002c, p.192), já teria “a Escola adquirido seu pleno desenvolvimento”. A necessidade de um espaço para formação superior de professores foi apontado por docentes de escolas e ensino superior como, por exemplo, Antenor Nascentes (1935, p. 11): “Nossos governos tardaram em criar uma escola normal superior, de modo que neste vasto país de quarenta milhões de almas os professores secundários ainda são uns auto-didatas”.

Nessa época, os professores de escolas eram formados em áreas como Medicina, Direito, Engenharia, Arquitetura, ou seja, cursos que foram criados ainda no interior de Escolas com a finalidade de, de acordo com Fiorin (2006), formar profissionais para o Estado ou especialistas para atender à necessidades da classe dominante.

Joaquim Mattoso Câmara Jr., por exemplo, no final da década de 20, quando ingressou no ensino primário e secundário tinha formação superior em Arquitetura e, no início da década de 30, formou-se também em Direito. Este arquiteto e advogado se torna professor de línguas e autor de manuais de ensino de língua. Já na segunda metade da década de 30, após ser aluno-ouvinte de curso de Filologia Românica, Mattoso assumiu como professor do primeiro curso (intitulado como) de Linguística em uma instituição de ensino superior brasileira. O estudioso é apresentado por Baldini (2005a) da seguinte forma:

É de boa família, seu pai é advogado e político, fez seus estudos iniciais em casa e, com 22 anos, em 1926, consegue o cargo de desenhista da Inspetoria de Águas e Esgotos. Pensemos no famoso e mítico lingüista Mattoso Câmara como desenhista... Não deve ter sido sem alguma motivação, pois, no ano seguinte, o mesmo se forma na faculdade de Arquitetura. E, mais um ano, já o vemos como professor. Professor do Ensino Profissional da Prefeitura do Distrito Federal: aos 26 anos, ele

ensina Latim e Português. Temos, então, um arquiteto, um desenhista, um professor. E as coisas seguirão assim, sem nenhuma decisão. Em 1932, Mattoso se forma em Direito. Temos agora, também, um bacharel. Seria tentador afirmar aqui que nosso lingüista fundador não sabia muito bem o que fazer. Talvez seja este um traço dos fundadores: por não saberem o que fazer, ou por não se adaptarem aos fazeres disponíveis, acabam por inventar coisas novas (Baldini, 2005a, p.118).

A história de vida, a história acadêmica desse sujeito é constitutiva da história da Linguística Brasileira e, por conseguinte, da (re)intitulação do manual de ensino **Elementos de Portuguez para Elementos da Língua Pátria**, tendo como base as condições de produção desse movimento discursivo, do lugar em que esse autor está inserido e da posição que ele assume frente à questão política em torno da “denominação da nossa língua”.

Mattoso Câmara, além de trabalhar com questões sobre língua, obteve formação em consolidadas e reconhecidas instituições do país, era filho de um advogado/político e exercia cargos vinculados à prefeitura do Distrito Federal (desenhista e professor). Instituição na qual foi, em 1935, apresentado um Projeto da Câmara Municipal do Distrito Federal que determinava que no ensino municipal só fossem adotados os livros didáticos que denominassem de Brasileira a língua falada no Brasil (cf. Dias, 1996, p.83).

Em meio a isso, há um fato significativo e constitutivo da problemática em torno da (re)intitulação. Mattoso Câmara, inserido na Instituição da prefeitura municipal, por ocasião da publicação de **Elementos da Língua Pátria** (1936), em que, na autoria do trabalho, não aparece na determinação a palavra “professor” como acontecia anteriormente em outros manuais da época. O que aparece logo abaixo do nome “J. Mattoso Câmara Jr. é “do Ensino Secundário Técnico do Distrito Federal”, conforme mostramos pela figura 07, a seguir.

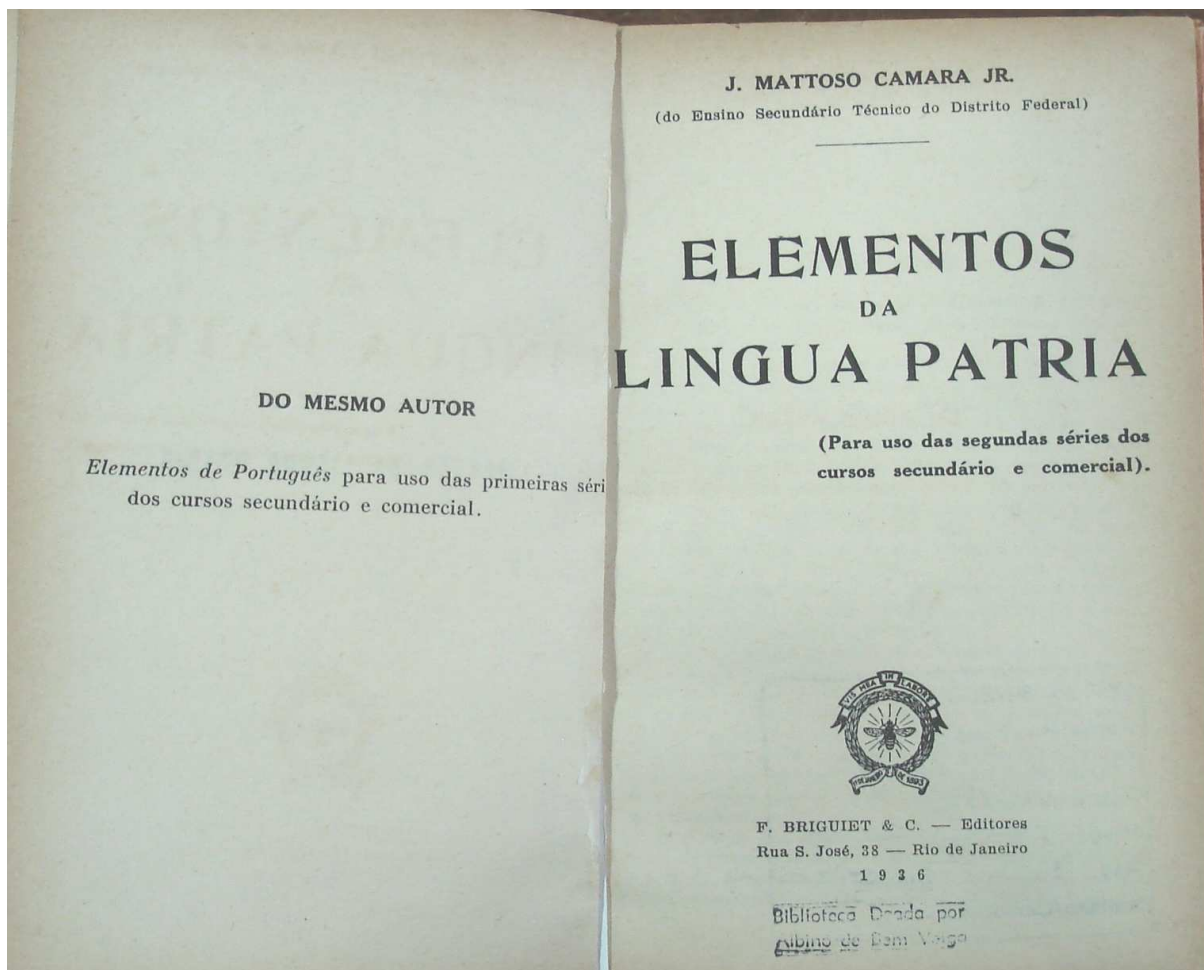


Figura 3

J. Mattoso Câmara Jr., nome do autor, quando associado à ausência da palavra “professor” e as outras formações desse sujeito, leva-nos a refletir sobre essa posição autor tendo como constitutiva a atividade de professor, bem como também a história de vida e o percurso acadêmico desse sujeito. Isso é significativo na medida em que, após a publicação do manual de ensino **Elementos de Português** (1935) direcionado à 1ª série do ensino primário, de acordo com Uchôa e Maia (1997), o autor teve de mudar o título do trabalho.

Para refletirmos sobre a posição assumida por Mattoso, realizamos um recorte do prefácio de **Elementos da Língua Pátria** de 1936, intitulado: *Aos Professores*

Uma modificação secundária há, aqui, para consignar. Concerne a ortografia, subordinada às normas do sistema simplificado, normas essas que no 1º volume os Editores impugnaram receosos do já famoso preceito constitucional que as pretendeu abolir. Inoperante, porém, que ficou essa

prescrição da Carta de 16 de julho, já podem, enfim, os **professores de português**⁴², regerem-se, no assunto, pelas suas **opiniões doutrinárias**, desvencilhados das peias a que os pretendeu sujeitar o “**amadorismo filológico**” de alguns políticos e jornalistas.

Infelizmente esse **mesmo amadorismo** suscitou ultimamente a **questão da denominação da nossa língua**, com o intento de suprimir-lhe o **título pleno e líquido que possui, de PORTUGUESA**, e os Editores propuseram, em conseqüência, a mudança do nome desse livrinho. Como as condições do **estudioso brasileiro** lhe impõem naturalmente um cepticismo complacente e desencantado, acedemos à injunção, ressaltando a **nossa posição doutrinária**, já exposta em vários **artigos que publicamos na imprensa diária** (Câmara Jr., 1936, p.5-6).

Mattoso Câmara, filho de um político e ex-deputado da Câmara Municipal, era professor de português e passa a questionar as ações de políticos e jornalistas sobre a imposição legislativa que determina o nome de “nossa língua”. Um questionamento realizado a partir da posição autor J. Mattoso Câmara Jr., ou seja, de quem, de dentro da instituição municipal como professor de *português/estudioso brasileiro*, confronta a política administrativa por publicações postas em circulação na imprensa diária.

Esse confronto de Mattoso Câmara com a política administrativa faz com que o estudioso parta do saber sobre o funcionamento da língua para se posicionar em textos de jornais. Jornais, onde, como observa Baldini (2005a), ele assina como “Prof. J. Mattoso Câmara Jr”.

Tais textos são, como aqueles publicados em 1934, **Pequenas Lições de Português**, mas agora com um nome que lhes indica o autor. Trata-se do ‘Prof. J. Mattoso Câmara Jr.’, que é como ele assina. Num ano, o autor de artigos sem nome de autor, no ano seguinte, o professor que se envolve, marcando seu nome, numa polêmica onde há mais questões políticas que propriamente lingüísticas, e que diz: ‘o apelativo portuguesa para a nossa língua evidentemente se impõe, não porque Portugal prepondere sobre o Brasil, mas porque só assim é assinalada a continuidade do idioma em multiseccular existência’ (CÂMARA JR., 1935). E diz mais ainda, por exemplo, a respeito das motivações do projeto: “daí o afan de tentar-se quebrar um elo tradicional pelo prazer de, pueril e aparentemente, renegar o passado” (CÂMARA JR., 1935). (Baldini, 2005a, p.127)

Professor de português, estudioso brasileiro, com publicações na imprensa sobre língua, pela posição autor J. Mattoso Câmara Jr. temos esse sujeito fazendo “política de língua ou política lingüística” (Orlandi, 2007). É fazendo política a partir da língua e seu funcionamento que ele discursiva, partindo de dentro para fora.

⁴² Negritados nossos

Um movimento que começa por uma luta de forças e estende-se marcando sua trajetória como estudioso de “nossa língua”, questionando sobre conhecimentos científicos que estariam fundamentando a possibilidade de instituir que no Brasil se fala uma Língua Portuguesa diferente da de Portugal, como no texto intitulado *Filologia*⁴³. Neste, Mattoso desenvolve reflexão sobre a questão da língua portuguesa sob duas perspectivas: a da língua culta e a da língua popular. Em relação à primeira, que é ensinada nas escolas, o estudioso coloca que:

[...] a **língua culta**⁴⁴ não é um patrimônio nosso privativo. Temo-lo em comum com um povo ultramarino mais velho, de quem hoje divergimos nitidamente na psique e nos ideais coletivos. Nestas condições, a orientação da disciplina gramatical tem de variar algum tanto entre o ensino escolar do Brasil e o de Portugal (Câmara Jr, [1949] 2004, p.322).

A leitura de Mattoso nos indica o que é comum entre Brasil e Portugal, na medida em que enfatiza o que se poderia chamar de ‘herança cultural’ recebida de Portugal (Temo-lo [o patrimônio, a língua culta]), mas sem deixar de salientar as diferenças entre o povo português e o brasileiro as quais deveriam redundar em modos diferenciados no ensino do que ele chamava, à época, de ‘disciplina gramatical’.

Essa questão é constitutiva da problematização sobre o “nome” da língua do Brasil nessa época, bem como é constitutiva do fato da reintitulação do manual de Mattoso Câmara. Autor que, como contraponto à língua culta, coloca que, em relação à língua portuguesa de Portugal, “a nossa diferenciação lingüística é fundamentalmente no âmbito da **língua popular**⁴⁵, a cujo respeito nos falta conhecimento científico adequado” (MATTOSO CÂMARA, [1949]2004, p.322).

A busca e a problematização sobre o conhecimento científico sobre a “língua popular” em que, segundo Mattoso, fundam-se as diferenças entre a língua Portuguesa de Portugal e do Brasil, é um ponto que temos observado se repetir nas palavras do autor quando se trata de questionamentos sobre a *nossa língua portuguesa*. A referência a um possível conhecimento científico que se faz presente pela ausência, por exemplo, no prefácio da 2ª edição de **Elementos da Língua**

⁴³ Este texto, reimpresso pela revista *Confluência* n. 27 e 28, foi publicado In: **Filologia. Manual Bibliográfico de estudos brasileiros**. Rubens Borba de Moraes e William Berrien (Orgs.), pp. 257-84. Gráfica e Editora Souza, 1949 (cf. NARO, 1976, p.135).

⁴⁴ Grifo nosso.

⁴⁵ Grifo nosso.

Pátria, em que Mattoso se refere à Resolução de 1935, como um “amadorismo filológico” e no texto intitulado *Filologia* de 1949, no qual afirma que “nos falta conhecimento científico adequado” sobre a língua popular.

Esses são dois exemplos que nos levar a compreender o percurso de Mattoso Câmara na busca por um conhecimento científico sobre língua em período anterior ao processo de institucionalização da Linguística. O exemplo do prefácio do manual didático se constitui em um momento em o autor é professor de português em um colégio do Distrito Federal; já o exemplo do artigo, voltado a um momento posterior ao curso de Linguística na UDF, aos estudos realizados nos Estados Unidos, mas, ainda, anterior ao (re)ingresso de Mattoso Câmara na Universidade do Brasil.

O período compreendido entre a publicação do manual e a publicação do texto *Filologia* (1936-1949) é uma época em que está se potencializando um lugar para a fundação de uma nova ciência da língua no Brasil. Uma nova ciência que estude sobre nossa língua em nosso país. Um momento de confrontos políticos que se voltam para a língua envolvendo tanto sujeitos que estudam/trabalham com a língua de um modo mais direto, de um ponto de vista acadêmico-científico (professores, estudiosos) quanto aqueles que trabalham com ou legislam sobre a língua (políticos, jornalistas, editores). Tais confrontos agitam, movimentam lugares teóricos, lugares sociais e acabam por possibilitar que surjam outras necessidades. Necessidades de ordem científica que reclamam por deslocamentos, rupturas, cortes; reclamam por novos lugares, novas leituras, estudos diferenciados.

Para trabalharmos o primeiro momento da análise do movimento de designações no reintitular de **Elementos de Portuguez** chegando ao intitular de **Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa** (1941), para situarmo-nos, selecionamos alguns fatos que transcorreram entre os anos de 1934 a 1941, ou seja, compreendem o Momento 1 de análise (1935-1941):

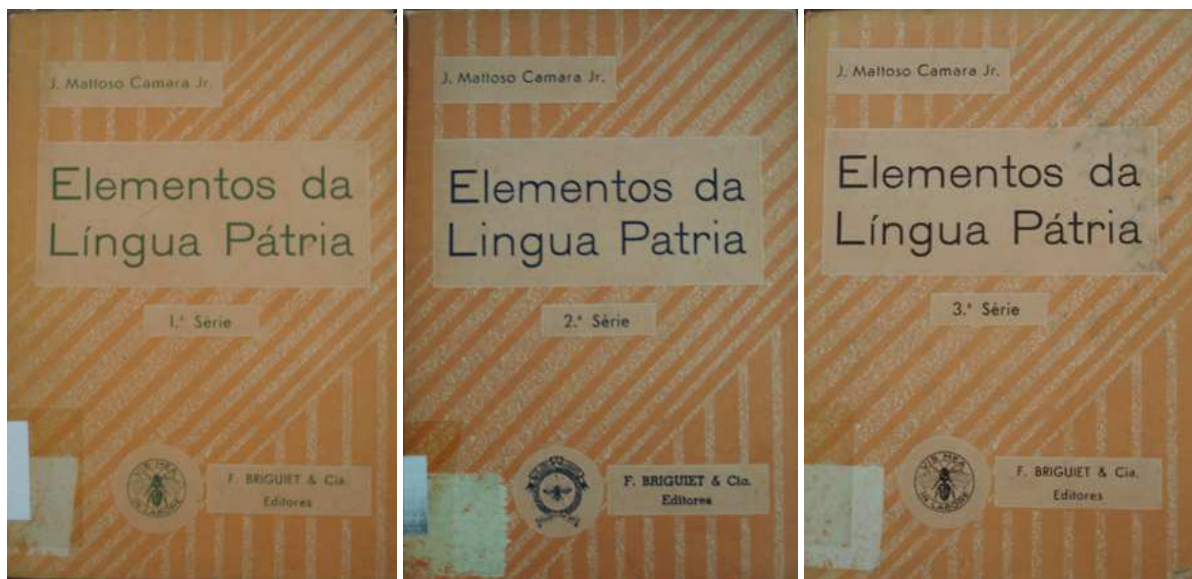
Tabela 2: Momento 1 (1934-1941):

ANO	AUTOR	TÍTULOS	FATOS E ACONTECIMENTOS
1934	C.	<i>Lições de Portuguez</i>	
1935	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	Elementos de Portuguez	

1935			Resolução da Câmara Municipal decretando sobre o nome da língua.
1935	Prof. J. Mattoso Câmara Jr.	Cartas em jornais	
1936	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	Elementos da Língua Pátria	
1937			Curso de Filologia Latina e Neolatina de Georges Millardet
1938- 1939			Curso de Lingüística de Mattoso Câmara
1939			Decreto-lei n. 1063 de 20.01.1939 sobre a “transferência” da UDF para a UB.
1939- 1940	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	<i>Lições de Lingüística Geral</i>	
1941	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os estudos superiores da Língua Portuguesa	

Elementos de Portuguez, correspondente à 1ª série dos Cursos Secundário e Comercial, é o primeiro volume da “coleção didática constituída de três volumes, publicada no período de 1935 a 1938” (Uchoa & Maia, 1997, p.30), pela editora Briguiet. Os volumes segundo (2ª série) e terceiro (3ª série) da coleção foram publicados, correspondentemente, nos anos de 1936 e 1938. Além disso, no ano de 1938, temos a reedição do primeiro volume (1ª série).

Após a publicação de **Elementos de Portuguez** os volumes seguintes, incluindo a reedição, foram publicados com o título **Elementos da Língua Pátria**, como observamos pelas figuras a seguir:



(Figura 4)

(Figura 5)

(Figura 6)

Inicialmente, cabe observarmos que tanto *Lições de Portuguez* quanto **Elementos de Portuguez**, não apresentam a palavra “Língua”, até 1935. Contudo, quando o manual é reintitulado, em 1936, para **Elementos da Língua Pátria** a palavra “Língua” está presente.

O reeintitular de **Elementos de Portuguez** (1935) para **Elementos da Língua Pátria** (1936), conforme ilustra a tabela 2, vai ao encontro da Resolução de 1935: “Art. 1º - Os livros didacticos, relativos ao ensino **da língua pátria**⁴⁶, só serão adoptados nas escolas primárias e secundárias do Districto Federal quando denominarem **de brasileira** a língua falada e escripta no Brasil”.

O movimento que temos de “Portuguez” para “Língua Pátria”, ao ser tomado na história em relação com o nome do autor e a forma de se nomear em cartas publicadas nos jornais locais, leva-nos a refletir sobre como se dão os efeitos de sentido dessas formas de designar a língua do Brasil a partir das condições de produção do autor. Se poderiam ser observadas enquanto um horizonte de retrospecção dos estudos lingüísticos, de que modo, nesse sentido, essas designações de manual de ensino de língua (gramática) se relacionariam com a constituição de um saber metalingüístico brasileiro?

Para darmos seguimento à análise, ilustramos os títulos com as designações.

46 Negrito nosso.

Tabela 3: Reintitulação de **Elementos de Portuguez**.

ANO	TÍTULO		ANO	TÍTULO
1935	Elementos de portuguez ⁴⁷	→	1936	Elementos da língua pátria

Ao colocar no título “língua pátria” – e não “língua brasileira” como determina a lei ou “portuguesa” como refere no prefácio da 2ª edição – o autor não nomeia a pátria da língua. Ao não nomear a pátria, ele abre o título para o histórico, para a interpretação pela designação “língua pátria”⁴⁸. De acordo com Guimarães (2005):

A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2005, p.09)

Se tomada a designação “língua pátria” na história, atualizam-se questões de forças políticas em torno da questão do nome da língua, pela qual o sujeito Mattoso Câmara, ao se inserir, possibilita um deslocamento da política administrativa (Estado, externa) para uma política linguística.

O funcionamento da designação “língua pátria” na lei da Era Vargas que busca constituir uma “consciência patriótica” de que no Brasil se fala “brasileira”, quando deslocada da lei para o título, sendo (im)posta como autoria de um “professor de português”, é remetida ao real, a pontos de impossível. Nesse deslocamento em que a política administrativa age sobre a língua, é pela língua, pelo político constitutivo da língua, pelas relações de linguagem que se constitui a política linguística.

A designação “língua pátria” sob a autoria de Mattoso Câmara, ao ser exposta ao real, abre para o simbólico, para a significação. Se autorizada por um (futuro) linguista, quando tomada na história, permanece imersa em uma potencialidade de

⁴⁷ As observações negritadas são nossas no intuito de salientar as partes do título que foram alteradas no movimento de reintitulação.

⁴⁸ Nesse momento, fazemos referência à dissertação da mestrando de Taís da Silva Martins, **Emergência, movimento e deslocamento da disciplinarização da Análise de Discurso no RS**. Nesta, a acadêmica trabalha com as noções de (re)nomeação e designação, que são constitutivas do nosso modo de refletir sobre as designações nos títulos de Mattoso Câmara.

sentidos. Ao não dar um nome que possa ser remetido a um país (Brasil, Portugal), “da língua pátria” designa, podendo ser interpretada como significando sem determinar uma nacionalidade.

É pela imposição da política administrativa que esse sujeito se posiciona no político, isto é, não adota a política imposta tal qual foi formulada, ela desloca sentidos, na medida em que considera a lei, mas não sem estabelecer um embate. Não são forças como pares ação e reação, pois se constituem ao mesmo tempo como forças que se opõem. A política sob uma forma de ação do Estado e o político como constitutivo da língua movimentam sentidos nos diferentes lugares em que se presentificam.

Um sujeito do conhecimento que pela língua e em nome da língua não a nomeia, pois, ao não nomear, é pelo nome (im)posto em nome de uma “língua pátria” que ele designa a *nossa língua*. Por essa designação ele abre um espaço em que, quando for tomada na/pela história, essa designação significaria além de uma imposição do Estado, uma posição sujeito autor do conhecimento.

Um sujeito que sob a ação da política se movimenta pelo político e pela ética na tentativa de refletir sobre a língua, sobre a Língua Portuguesa, sobre a Língua Portuguesa do Brasil e, para isso, desloca-se de um saber *Português* a um saber sobre *Língua Portuguesa*. Passa de um autor de um manual voltado ao ensino de *português*, autor de manuais de ensino da *língua pátria*, autor de um manual de Linguística em que busca sistematizar o estudo da Língua Portuguesa como *fundamento para os estudos superiores da Língua Portuguesa* a um autor que assume a posição de linguista ao reintonar o manual de Linguística, em 1954.

A palavra “língua” - ainda não presente nos títulos publicados por Mattoso Câmara até a lei de 1935 – constitui-se nos títulos por uma relação de forças, pela política linguística instituída a partir da posição assumida pelo sujeito do conhecimento em relação à (im)posição do Estado. Desde o ano de 1934, o autor que publicava suas *Lições de Portuguez* e artigos ou cartas em jornais locais, mas a partir do ano de 1938, começa a publicar em revista científica, pelo lugar que também passa a ocupar como docente em instituições de ensino superior.

A partir de então as publicações de Mattoso começam a marcar um deslocamento entre um sujeito preocupado com o ensino de língua para um sujeito que passa a refletir sobre língua de um ponto de vista científico.

Entre 1939 e 1940 publica doze artigos intitulados *Lições de Lingüística* na **Revista Cultura**. Também publica artigos a partir de 1939 na **Revista de Filologia Hispânica**, a partir de 1944 na **Revista do Museu Nacional** e a partir de 1946 no **Boletim de Filologia**, da Academia Brasileira de Filologia da qual J. Mattoso Câmara foi um dos fundadores em 1944, em reunião realizada no Colégio Militar do Rio de Janeiro, com a presença de “30 estudiosos da língua portuguesa”.

As publicações das *Lições de Lingüística* na **Revista Cultura** – oriundas das aulas ministradas no curso de Linguística da UDF - possibilitaram, de acordo com Sousa da Silveira (1941), que, em 1941⁴⁹, fosse organizado e publicado o manual intitulado **Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os cursos superiores em língua portuguesa**. Título que traz em si a designação “Língua Portuguesa” mesmo sendo lançado ainda na Era Vargas e pela editora F. Briguiet. Para refletirmos sobre essa publicação posterior ao curso de Mattoso Câmara na UDF, seja como aluno-ouvinte ou como professor, colocamos o seguinte questionamento de Baldini (2005).

Seria só a partir de 1937, quando faz o Curso de Filologia Latina e Neolatina com George Millardet, que poderíamos considerar Mattoso Câmara um lingüista? Ou já havia algo de inquietante em seus textos que o desqualificava para o posto de gramático? (Baldini, 2005, p.116).

O ressoar dessas questões fez com que voltássemos nosso olhar para os movimentos de Mattoso Câmara enquanto professor de ensino secundário – professor de *português* - e enquanto professor de ensino superior – professor de Linguística que tem como objeto de estudo a *Língua Portuguesa*. Não entendemos os movimentos desse estudioso como lineares, deslocando de um momento a outro ou de um espaço a outro. Pensamos em Mattoso como um sujeito em contínuo movimento desenvolvendo estudos sobre o objeto Língua Portuguesa.

Pelo Curso de Millardet e por leituras de teóricos da linguagem⁵⁰ como Saussure, Sapir, Bloomfield, Jespersen entre outros, Mattoso Câmara procurou fundamentar o conhecimento sobre a Língua Portuguesa constituindo um manual para o ensino superior intitulado **Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os estudos superiores de língua portuguesa** (1941) destinado

⁴⁹ A publicação de 1941 teve uma reimpressão em 1942.

⁵⁰ Cf. Referências Bibliográficas da primeira edição da obra *Princípios de Lingüística Geral: como Fundamento para os Estudos Superiores de Língua Portuguesa*.

ao ensino na área de Letras que, assim como a Linguística, estava dando seus primeiros passos no país. Em 1941, já não estando mais Mattoso Câmara ensino superior, pois a Universidade do Distrito Federal foi fechada em 1939 dando lugar à Universidade do Brasil, o professor de linguística deixou a possibilidade de suas lições se fazerem presente pela leitura de seu manual.

Após tal publicação em 1941, Mattoso Câmara ministrou curso sobre língua e etnografia, em 1943, destinado a antropólogos do Museu Nacional e viaja aos Estados Unidos onde passa a desenvolver uma sólida formação em Linguística. Quando retorna ao Brasil, Mattoso publica, juntamente com Rocha Lima, os manuais didáticos **Curso de Língua Pátria** (1944) voltados para o ensino secundário.

Nesses manuais observaremos a questão do nome de Mattoso Câmara, o qual assina novamente como “Joaquim Mattoso Câmara Jr” enquanto que o nome de Rocha Lima é determinado por “professor catedrático de Português do colégio Dom Pedro II”. Eis as ilustrações do **Curso da Língua Pátria** (1944-1959) a seguir:

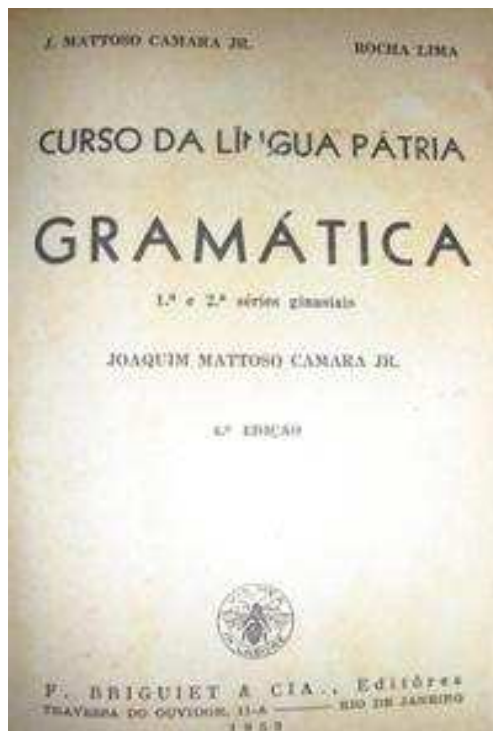


Figura 7



Figura 8

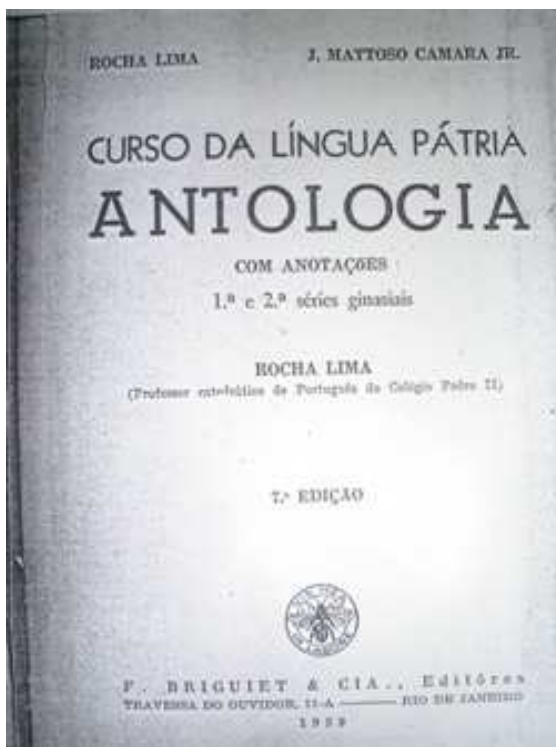


Figura 9



Figura 10

Da mesma forma que em **Elementos da Língua Pátria**, em **Curso da Língua Pátria** temos o sujeito autor assinando simplesmente “J. Mattoso Câmara Jr.” ou “Joaquim Mattoso Câmara Jr.”, enquanto que Rocha Lima, nos volumes de sua autoria, assina “Rocha Lima (Professor catedrático de Português do Colégio Pedro II)”. Também, apesar de não ser um manual reintitulado, por um relação parafrástica, não podemos deixar de relacionar a designação “língua pátria” deste manual **Curso da Língua Pátria** (1944-1959) com o manual **Elementos da Língua Pátria** (1936-1938).

São dois trabalhos representativos do período de vigência da lei municipal da Era Vargas (1935 - 1944). A primeira publicação foi (re)editada entre 1935 e 1938. Já a segunda foi (re)editada entre 1944 e 1959, ou seja, entre ano de fundação da Academia Brasileira de Filologia que teria como objetivo o estudo específico da língua como uma tarefa e ocupação própria do especialista (cf. José Pereira da Silva, s/d) e o ano em que entrava em vigor a Norma Gramatical Brasileira (NGB). O volume *Gramática* do **Curso de Língua Pátria** de Mattoso Câmara teve, inclusive, na última edição (1959), uma nota inicial explicativa sobre a NGB, em que o autor coloca que não teria sido possível adequar o manual às normas, pois quando a normativa entrou em vigor, o manual já estava sendo impresso.

É difícil designar esse autor senão como J. Mattoso Câmara Jr. ou “somente” Mattoso Câmara, pois ele é um “habitante da contradição” (...) “Um filólogo-lingüista-professor-pioneiro-gramático na *terra da gramática*⁵¹ que, em sua construção enquanto autor passa a ser simplesmente *um lingüista na terra da gramática*”, (Baldini, 2005a, p.130).

No percurso das publicações, o nome de Mattoso Câmara vai sendo legitimado como um nome que representa um saber lingüístico. Segundo Lagazzi-Rodrigues (2007):

A autoria se apresenta e se representa em nomeações: nome do saber e nome de quem produz esse saber e o ratifica, sendo ratificado como autor. A legitimação científico-institucional se faz pela afirmação da autoria, ou seja, pela representação e circulação dessas nomeações. No Brasil, encontramos nomes como “Lingüística”, Mattoso Câmara” e “Estrutura da Língua Portuguesa” numa relação de fundação da Lingüística. (Lagazzi-Rodrigues, 2007, p.13).

Pelo modo de Mattoso Câmara “assinar” suas obras, focando sobre o “nome próprio”, vão sendo movimentados sentidos que consolidam uma relação direta entre o próprio nome e o saber que ele produz e representa enquanto função-autor na circulação do conhecimento sobre a língua.

A relação que se estreita entre Joaquim Mattoso Câmara Jr e os saberes em e sobre Língua Portuguesa vai se consolidando a cada publicação (re)intitulada trazendo nomes como o do autor, o do saber e o do objeto. Tal percurso de estreitamento podemos observar no segundo momento de nossa análise, que se inicia com a reintitulação de **Princípios de Lingüística Geral (PLG)**.

O segundo momento é constituído de fatos e acontecimentos ocorridos entre 1954, a reintitulação de PLG e a década de 70, segunda reintitulação do **Dicionário de Fatos Gramaticais**. Ainda, nesse momento, abordamos como constitutivo a fase de transição que compreende o período entre a intitulação do manual PLG (1941) e o fato da reintitulação (1954).

Alguns fatos do percurso acadêmico de Mattoso Câmara, que transcorreram entre os anos de 1941 a 1954, podem ilustrar a fase de deslocamento de Mattoso entre a instituição escolar e a Universidade – saber a língua e saber sobre a língua:

⁵¹ Grifos do autor.

Tabela 3: Fase de deslocamento

ANO	AUTOR	TÍTULO	FATOS E ACONTECIMENTOS
1941	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	Princípios de Lingüística Geral: como fundamento aos estudos superiores de língua portuguesa	
1943			curso de etnografia e lingüística para antropólogos do museu nacional ministrado por Mattoso Câmara
1943-1944			estudos com linguistas nos Estados Unidos
1949	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	Para o estudo da fonêmica portuguesa	tese de doutoramento
1950			(re)ingresso no quadro docente da Universidade do Brasil
1952		Manual de expressão oral e escrita	
1952			tese para a livre-docência em Língua Portuguesa

2.2 Os (re)intitulares no processo de institucionalização da Linguística

Após o (re)ingresso ao quadro docente da Universidade do Brasil, Mattoso Câmara, em 1953, participa de uma reunião no Museu Nacional, em que foi fundada a Associação Brasileira de Antropologia, um outro campo do conhecimento pelo qual o linguista publica e circula, mas como observamos em capítulo anterior, ao se inserir em outros lugares como a Filologia e a Antropologia, ele busca delimitar seu lugar enquanto linguista.

A Linguística, mesmo tendo um espaço na Universidade do Brasil, ainda permaneceu à sombra de disciplinas como a Filologia. Um ponto significativo da relação de Mattoso Câmara com outros campos do conhecimento é que ele encontra lugar para circular, para publicar, para produzir conhecimento sobre a Língua Portuguesa pela Linguística mesmo que estabelecendo relação com outras questões como na segunda edição do manual de Linguística, em que o autor relaciona língua/cultura, mas sempre salienta que o objeto de estudos é a língua⁵². É a partir da vinculação com saberes da Filologia e da Antropologia que foi publicada a segunda edição do manual, se ainda podemos colocá-lo como um manual: **Princípios de Lingüística Geral: como introdução aos estudos superiores da Língua Portuguesa (PLG)**.

A fim de estabelecermos as relações entre o percurso intelectual e a história da Lingüística que repercutem no movimento de (re)intitulações objeto deste estudo, cabe nos reportarmos a alguns fatos relevantes.

Momento 2: 1954-1977

ANO	AUTOR	TÍTULO	FATOS E ACONTECIMENTOS
1954	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	Princípios de Lingüística Geral: Como Fundamento para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa para Princípios de Lingüística Geral: Introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa	
1956	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	Dicionário de Fatos Gramaticais	
1959			Implantação do projeto da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)

⁵² A partir do mesmo projeto que estamos vinculados, no ano de 2007, a acadêmica Larissa Montagner Cervo defendeu a dissertação de mestrado intitulada **Do lugar do lingüista e da língua como objeto de divulgação**, em que trabalha com o discurso de vulgarização tendo como parte do corpus de análise resenhas publicadas por Mattoso Câmara em uma revista feminina **A Cigarra**.

1962			Resolução do Conselho Federal de Educação instituindo a obrigatoriedade da Lingüística como disciplina nos cursos de Letras a partir de 1963.
1964	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	Dicionário de Filologia e Gramática: Referente à Língua Portuguesa	
1969			Fundação dos primeiros cursos de pós-graduação em Lingüística (1969)
1969 – 1972			Fundação das primeiras associações de Lingüística: Abralín (1969) GEL (1972).
	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	Dicionário de Lingüística e Gramática: Referente à Língua Portuguesa (1977)	

O segundo momento de nossa análise está centrada na reatitulação de **Princípios de Lingüística Geral: como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa** (PLG), publicada em 1941 pela editora Briguiet (mesma editora dos manuais para ensino de língua) e foi reimpressa no ano de 1942. Já no ano de 1954, pela editora Livraria Acadêmica, foi publicado a segunda edição do manual de Lingüística.

Esse trabalho, ao ser reeditado, teve uma significativa reformulação no título, conforme tabela 5:

ANO	TÍTULO DA OBRA		ANO	TÍTULO DA OBRA
1941	Princípios de lingüística geral: como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa	→	1954	Princípios de lingüística geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa

O movimento das designações por meio de “fundamento” a “introdução”, quando tomado na história, pode ser analisado a partir do próprio deslocamento do autor que intitula em 1941 de fora de uma instituição de ensino superior e em 1954 intitula de dentro de uma instituição de ensino superior e como membro fundador da Academia Brasileira de Filologia e da Associação Brasileira de Antropologia.

No primeiro intitular, há um movimento de quem busca manter as Lições de Linguística presentes pela leitura como, observa Sousa da Silveira (1941, p.6), sendo “uma cátedra pública em que o douto especialista continua a lecionar suprindo assim a lacuna universitária”. Já no reintitular, a Linguística é uma disciplina, uma disciplina recente, que busca se afirmar na instituição universitária constituindo um lugar para si. A designação “introdução” marca uma possibilidade de iniciação nos estudos do objeto Língua Portuguesa. Os primeiros passos de uma ciência dados por um sujeito do conhecimento na tentativa de consolidar um lugar para si e para essa ciência no espaço institucional.

Dois anos após a reedição de PLG, Mattoso Câmara organiza um Setor Linguístico no Museu Nacional, no interior do qual, segundo Rodrigues (2005, p.21) passam a ser desenvolvidas pesquisas de línguas indígenas possibilitadas a partir de um acordo entre o Museu Nacional e o *Summer Institute of Linguistics*. Instituição “cuja atuação estava sendo incentivada principalmente pelo antropólogo Darcy Ribeiro” (Rodrigues, 2005, p.21). Esse antropólogo foi ministro da educação no governo de João Goulart no período marcado pela Resolução de 1962 que estabelece a obrigatoriedade da Lingüística nos cursos de Letras. Um fato que consideramos instigante, pois a Lingüística, até então, não tinha um percurso consolidado enquanto disciplina e, no entanto, passa a ocupar um lugar de prestígio mediante a regulação federal.

Uma ação política significativa e vinculada ao trabalho de um político e estudioso que buscava possibilitar o desenvolvimento de pesquisas sobre línguas no Museu Nacional. Também não podemos deixar de relacionar a possibilidade dessas pesquisas à atuação de Mattoso Câmara no Setor Linguístico do Museu Nacional, seu empenho em estabelecer relações entre a Linguística e a Antropologia, entretanto, como reiteramos, sempre se posicionando como um linguista e pontuando que a língua pode e deve ser estudada em si e por si. Poucos anos antes da resolução de 1962, “nos anos 50 (1958), é criada a NGB” (Orlandi, 2002c, p. 205). Outra ação política federal, na qual o então ministrado da educação, Clóvis Salgado da Gama, designou uma comissão formada por professores-membros da Academia Brasileira de Filologia com a finalidade de elaborar o projeto da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

Próximo da implantação da NGB, foi publicado o **Dicionário de Fatos Gramaticais** foi publicado, em 1956, pela editora do Ministério da Educação. Esse trabalho, na segunda edição pela editora J. Ozon, no ano de 1964. Ainda, após o falecimento de Mattoso Câmara (1969), ao ter sua sétima edição, em 1977, passou por nova reintitulação. O movimento das designações nesses/desses títulos é possível ser ilustrado pela tabela 4 a seguir.

Tabela 6: Reintitulações de **Dicionário de Fatos Gramaticais** (1956)

ANO	TÍTULO		ANO	TÍTULO		ANO	TÍTULO
1956	Dicionário de fatos gramaticais	→	1964	Dicionário de filologia e gramática: Referente à língua portuguesa	→	1977	Dicionário de lingüística e gramática: Referente à língua portuguesa

Os sentidos em torno do (re)intitular do título do dicionário de Mattoso Câmara é, por nós, tomado a partir dos movimentos e deslocamentos do autor por outras áreas, em diferentes momentos da história, na tentativa de constituir um lugar para a ciência Linguística e institucionalizá-la no Brasil.

Mattoso Câmara, no espaço acadêmico, não teve um reconhecimento oficial, em especial, pelo “fato de ele não possuir (formalmente) o tipo de formação

autorizado em questões linguísticas: filológico e/ou literário” (Altman, 2004, p.106), o que não implicou em uma estaticidade produtiva do linguista. Este, pois, circulou, no espaço institucional, por diferentes lugares e publicou trabalhos em diferentes áreas, como Estudos Gramaticais, Estilística, Antropologia, Filologia, mas os fez com uma leitura singular. A formação científica⁵³ de linguista levou Mattoso Câmara a se subjetivar ao discorrer suas palavras em uma tentativa de, pelo discurso, delinear um lugar próprio para si, para os estudos linguísticos brasileiros. Segundo Orlandi (2005, p.8) “para existir, para ser reconhecido, é preciso ser útil e produtivo. Enquanto luta solitária de cada indivíduo face à sociedade para se fazer aceitar, para existir, isto é para viver e se fazer reconhecer [...]”.

O sujeito do conhecimento, ao se deslocar, ao falar a partir de outros lugares institucionais vai delineando, pelo discurso, o espaço de sua produção de conhecimento. Para dar autonomia à Linguística, coloca-se num espaço fronteiro pelo qual tal sujeito procura instituir limites simbólicos. O dicionário de Mattoso Câmara, para nós, é uma obra que, por seu(s) título(s), ilustra esse percurso do sujeito.

Tal trabalho, primeiramente intitulado **Dicionário de Fatos Gramaticais**, em 1956, foi publicado a partir de uma aproximação de Filologia e Gramática⁵⁴ e o linguista brasileiro, no prefácio da primeira edição, busca romper com uma possibilidade de complementaridade à Linguística, classificando o trabalho como não situado nos estudos linguísticos.

Digamos preliminarmente que não se procurou fazer um vademecum da ciência da linguagem, ou, em outros termos, um dicionário de Linguística Geral. Com isso, uma obra sucinta como esta, ficaria necessariamente fragmentária, perfunctória e vaga, e pois de muito escassa utilidade (Mattoso Câmara, 2002, p.30).

Essa delimitação ilusória de lugares é resultante de uma resistência do sujeito em relação ao lugar (empírico) a partir do qual fala. O lugar dos “estudos

⁵³ “Para sua formação de professor, fez cursos de aperfeiçoamento e especialização aqui e no estrangeiro. No Brasil, freqüentou, o curso de Filologia Latina e Neolatina, em 1937, na Antiga Universidade do Distrito Federal, com o Professor visitante, da Sorbonne, George Millardet. Em 1943, graças a uma bolsa de estudos concedida pela fundação Rockefeller, participou, durante quase um ano, de vários cursos de especialização em Linguística nos Estados Unidos da América do Norte”. (Uchôa, 2004, p. 15)

⁵⁴ “A 1ª edição foi publicada com o título de **Dicionário de Fatos Gramaticais**, pelo centro de Pesquisas da Casa Rui Barbosa, MEC, **Coleção Estudos Filológicos**, 1.” [grifo nosso]. (Mattoso Câmara, 2002, p.13).

gramaticais” que tem ao seu lado “os estudos filológicos”, silenciado no título da primeira edição.

O lingüista, filiado ao estruturalismo de Saussure e de Sapir, desenvolve seu trabalho em torno dos fatos da língua portuguesa sem “fins normativos de correção gramatical” (Ibid., p.31). Partindo desse objetivo, Mattoso Câmara lança uma negação ao lugar dos estudos gramaticais e filológicos.

Não há arte normativa sem a base do conhecimento científico da interpretação desinteressada, quer se trate de uma ciência da natureza, quer de uma ciência do homem. É por não atentar nesta verdade que nossa **gramática escolar**, mesmo depois de adereçar-se com o eruditismo da **Filologia, patinha em regras estéreis**, falazes e contraditórias, e perturba, muito mais do que rege, o uso ineficiente da língua falada e escrita. (Mattoso Câmara, 2002, p.30).

O enunciado ‘nossa gramática escolar (...) patinha em regras estéreis...’ do recorte do prefácio do Dicionário ilustrado anteriormente leva-nos a apontar que o autor demonstra um ponto de vista crítico tanto com referência à gramática escolar, quanto à Filologia, na medida em que a relação com esta última não teria proporcionado à gramática bases científicas para o tratamento da normatividade da língua.

Essas questões são concernentes à primeira edição do **Dicionário de Fatos Gramaticais** de 1956, anterior a NGB e contemporâneo a questões de ordem social no fazer acadêmico, como podemos observar pelas palavras de Altman.

Este primeiro **embate** entre Filologia e Lingüística nas recém-criadas Faculdades de Filosofia, teria sido, portanto, de **ordem social**, de **interesse institucional** e, até mesmo, de **incompatibilidades pessoais**. As **fronteiras** entre os dois domínios, em termos de áreas de interesse, ou mesmo em termos de orientação metodológica, não podiam estar, **ainda, suficientemente nítidas**. Tanto é que, mesmo relegado à marginalidade acadêmica, Mattoso continuou, em anos posteriores, a **encontrar espaço para publicação**, inclusive em importantes redutos filológicos, como o *Boletim de Filologia* e a *Revista Brasileira de Filologia* (Altman, 2004, p. 106)⁵⁵.

É interessante como um membro fundador da Academia Brasileira de Filologia, Mattoso Câmara, ao mesmo tempo em que se afasta do saber que constitui e nomeia essa instituição, ele também se aproxima dela pelas publicações. Não há no título do Dicionário a designação “Filologia” ou “Referente à Língua

⁵⁵ Grifos nossos.

Portuguesa”, entretanto, após a NGB (1958/59) que traz uma nomenclatura que poderia, desse modo, equivaler-se a terminologias de um dicionário, temos o linguista reintonando o trabalho (1964).

Reintonando frente a uma Resolução (1962/63) que institui um lugar privilegiado para a Lingüística em relação à Filologia. Pensar em Mattoso Câmara e o **Dicionário de Filologia e Gramática: referente à Língua Portuguesa** é reiterar que o trabalho desse sujeito do conhecimento é um contínuo movimento em busca da constituição de um lugar para si e para sua produção. Um lugar autônomo que, no entanto, não apaga o percurso desse sujeito, não apaga os outros lugares pelo qual passa.

Após a Resolução de 1962, que formalizava um lugar próprio para a Linguística nos cursos de Letras, como já observamos, um problema se instaurou: a falta de professores habilitados a ministrarem a disciplina. Nessa época, conforme Altman (2004), só havia três professores com formação na área: Joaquim Mattoso Câmara Jr. e Aryon Dall’igna Rodrigues, com doutorado, e Francisco Gomes de Mattos, com mestrado.

Para que os professores dos cursos de Letras ministrassem a disciplina de Linguística fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da área, era necessário que se constituísse uma base para os estudos linguísticos, pela qual pudessem circular os saberes linguísticos. Para essa circulação, foram promovidos seminários e institutos com cursos realizados por linguistas brasileiros e estrangeiros.

O convênio firmado entre o Museu Nacional e o *Summer Institute of Linguistics* possibilitou que pesquisadores da instituição americana atuassem no país em estudos sobre as línguas indígenas, bem como na função de professores nos institutos de Linguística. Os Institutos Brasileiros de Lingüística, realizados em torno dos anos 60, podem ser tomados como um espaço de formação em estudos linguísticos, pois concentravam um significativo número de instituições brasileiras e de outros países da América do Sul, tendo até seus cursos/disciplinas aceitos e validados, posteriormente, em cursos de pós-graduação em Linguística.

Como exemplo dessa conjuntura, podemos citar as palavras de Leonor Scliar-Cabral⁵⁶ que participou de eventos realizados na segunda metade da década de 60:

[...]em 1972 me matriculei no Programa de Pós-graduação em Linguística da USP. Fui aceita diretamente no Doutorado porque eu tinha muitas disciplinas feitas nos Institutos que eram disciplinas de Pós-graduação. (Scliar-Cabral, 2004, p.23).

O trabalho para promover os Estudos Linguísticos recebeu um forte impulso com a realização dos seminários e institutos, com a fundação de cursos de pós-graduação em Linguística e com a fundação de associações como a Abralín, em 1969 (Associação Brasileira de Linguística) e o Gel, em 1972 (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo). Eram movimentos em prol de uma ciência/disciplina ainda nova e em desenvolvimento que precisava de bases para se consolidar em meio a disciplinas tradicionais como a Literatura e a Filologia.

Talvez, nessa perspectiva, é que Mattoso Câmara começou a fazer a história da Linguística Brasileira. Uma história pela qual, segundo Baldini:

Mattoso busca, no passado, os autores brasileiros que reforçam seu dizer e o retiram da solidão inescapável de um lingüista na terra da gramática. Destes, Said Ali e João Ribeiro desempenharão um papel especial na construção de uma memória que sustenta o dizer de Mattoso e que lhe proporcionam um papel muito superior ao de mero comentador de um saber estrangeiro (Baldini, 2005a, p.122).

A institucionalização da Linguística, para esse sujeito do conhecimento, não marca uma ruptura com saberes do passado. Mattoso Câmara, que circula por diferentes áreas do conhecimento, segundo Baldini (2005a), filia a Linguística à história da gramatização brasileira.

Por esse viés, o percurso de Mattoso Câmara e o percurso da institucionalização da Linguística, em alguns momentos, (con)fundem-se em nossa leitura, pois se a Linguística pode ser filiada a uma tradição gramatical brasileira, o linguista Mattoso Câmara – pelo seu percurso como professor de língua e sobre língua do Brasil – também poderia ser filiado a esta tradição.

O movimento de voltar-se ao passado possibilita que a Linguística não seja tomada simplesmente como *implantada* no país, mas sim como uma ciência *fundada*

⁵⁶ Entrevista realizada pela acadêmica de mestrado Rosemary Xavier, que defendeu a dissertação intitulada **Leonor Scliar Cabral: uma historicidade possível na produção do saber sobre a lingüística na mídia impressa do RS** em 2004.

com bases para um desenvolvimento e uma consolidação singular. Ciência não dependente ou não simplesmente complementar a outros saberes, mas ao mesmo tempo uma ciência que pode estabelecer relações com estas.

No caso do **Dicionário de Filologia e Gramática: referente à Língua Portuguesa**, em que colocamos que o linguista silencia a Linguística e intitula como “Filologia”, salientamos que, de acordo com Baldini (2005b, p.104), “Mattoso se insere nesse funcionamento do silêncio, indicando que ser condenado ao silêncio não significa calar” e, no caso do(s) título(s), a posição linguista assume um lugar no prefácio da segunda edição do dicionário, conforme o recorte que segue.

O novo título, que é uma mudança de detalhe, vale como símbolo dessa remodelação, procurando acentuar o caráter da obra e evitar o que no título antigo poderia sugerir profissão de fé no empirismo, que rejeito e sempre rejeitei [...] (Mattoso Câmara, 2002, p.28)⁵⁷.

Tendo em vista o lugar (empírico) a partir do qual o sujeito fala, um lugar em que a Gramática (NGB) está junto a Filologia, colocamos que o sujeito do conhecimento vai consolidando o seu lugar (discursivo) por uma resistência/aceitação em relação ao saber de outros campos de estudo. No reintitular, por uma relação com saberes voltados à língua portuguesa, por uma aproximação com a gramática/filológica, ao mesmo tempo em que a afasta, a Linguística se historiciza pelo percurso do sujeito Mattoso Câmara.

Ao lançar um olhar crítico sobre tal objeto, Língua Portuguesa, a partir de outros lugares, o sujeito Mattoso Câmara traz à baila sentidos cristalizados, sentidos silenciados, sentidos possíveis de se dizer em torno desse objeto. No prefácio da segunda edição do Dicionário, ainda, temos as seguintes palavras do autor: (Ibid., p. 28) “[...] então agora, à luz da linguística contemporânea, que venho a muito procurando imprimir aos meus estudos sobre a língua portuguesa”.

O linguista Mattoso Câmara constitui o **Dicionário de Filologia e Gramática: referente à Língua Portuguesa** a partir do lugar (empírico) dos Estudos Gramaticais, segundo Baldini (2005b), seguindo o modelo do **Diccionario Grammatical** de João Ribeiro (1889). Baldini (2005b, p.32) classifica como o Dicionário de Mattoso como pertencente aos “dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como *discursos sobre a língua*”, ou seja, mesmo estando no “lugar da

⁵⁷ Palavras de Mattoso Câmara no prefácio da segunda edição (1963).

gramática”, Mattoso discursiviza o trabalho a partir do lugar (discursivo) dos estudos linguísticos. É pelo percurso de suas palavras filiando-se à formação discursiva dos estudos linguísticos, pela posição-sujeito linguista, ao mesmo tempo em que tenta constituir o objeto da Linguística Brasileira, é pela “vigia” das fronteiras simbólicas em torno desses estudos, que o sujeito vai consolidando seu lugar, o lugar da Lingüística ao longo dos anos 60.

Na época posterior ao segundo intitular do Dicionário (1964), posterior à resolução do Conselho Federal de Educação, aos cursos ministrados em faculdades e eventos nacionais e internacionais, nos anos 70, após o falecimento de Mattoso Câmara, em 1969, a ciência da língua já com uma estrutura institucional constituída no Brasil, mantém o nome “Joaquim Mattoso Câmara Jr.” em circulação. Um nome que deu a base para a fundação da Lingüística e nome ao qual foi atribuída a autoria de uma publicação póstuma, em 1977, **Dicionário de filologia e gramática: Referente à língua portuguesa para Dicionário de Lingüística: Referente à língua portuguesa**, conforme as palavras de um dos editores, Clarêncio Neotti.

Já em 1966, ao resenhar muito favoravelmente a 2ª edição [...] o prof. Gomes de Matos lembrava que o conteúdo do dicionário justificaria a substituição, no título, da palavra <Filologia> por <Lingüística>. Consultando agora, o referido lingüista [...] se mostrou favorável à troca do título, explicando que, muito embora a Lingüística e Filologia sejam campos intercomplementares, aquela é mais abrangente e bem mais difundida no Brasil (Neotti, [1977]2002, p.25).

A partir desse fragmento, em que temos enunciados como *campos intercomplementares e aquela [Linguística] é mais abrangente e bem mais difundida no Brasil*, observamos que o sujeito que produz conhecimento não tem controle sobre sua produção nem é origem nem fim dessa produção. A Linguística Brasileira passa do lugar da marginalidade para o lugar da ciência *bem mais difundida*. Passa de uma necessidade de romper com uma complementaridade para uma ciência consolidada que possibilita ser intercomplementar em relação a outra(s) ciência(s).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela reflexão desenvolvida sobre a História da Lingüística - que podemos designar como Linguística Brasileira, pois foi fundada no país por uma filiação à tradição gramatical brasileira – observamos que no lugar do Título, sob a perspectiva da HIL e AD, passam-se questões que vão além do título como um texto que apresenta outro texto. Se observado como um lugar que tem um funcionamento discursivo na obra de um autor, o trabalho com título(s), sob a perspectiva da HIL e AD, conduz-nos a uma reflexão tomando o título como constituído por saber(es) lingüísticos que se relacionam com outros saberes que estão em voga ou que estão esmaecidos no tempo.

A distinção metodológica de Título/título nos possibilitou tratar o Título como uma noção mobilizada juntamente com as noções de obra e de arquivo, pois, em HIL, trabalhamos com instituições e acontecimentos vinculados a essas instituições em relação com os saberes que norteiam as obras, que, por sua vez, são constituídas de títulos, seja na forma de presença (nome) ou de uma ausência (um documento que tenha se deteriorado não possibilitando a visualização do título ou outras formas utilizadas para se intitular um trabalho).

Na formulação, enquanto um nome que representa um texto (conhecimento), o título constitui um espaço *magnético* ao mesmo tempo em que esse espaço *magnético* constitui o título por de forças que movimentam a relação entre a função-autor e o efeito-leitor. Relação constituída por projeções imaginárias desses pares e, as quais podem instituir tanto uma aproximação quanto um afastamento ou, ainda, simplesmente uma indiferença do leitor voltada ao título.

Como nosso trabalho centra-se em publicações institucionais (Escola, Universidade), as histórias de vida, histórias acadêmicas, as instituições, os fatos e acontecimentos afetam a formulação e a circulação do título. Nesse sentido, ressaltamos que o título é aberto à exterioridade, mas uma exterioridade que tem como limite a interpretação possibilitada pelas condições de produção do autor e do leitor, pois não é porque o título é aberto à exterioridade que ele não é regido. De acordo com Orlandi (1996), o processo de significação só é aberto porque há determinação. Ele é administrado.

A imposição voltada à normatização de sentidos, no espaço institucional, pode se configurar por meio do processo de produção e circulação do conhecimento. Como a produção do conhecimento é um processo sem sujeito, no sentido de que o sujeito não é origem nem fim dessa produção, faz-se necessário ao sujeito do conhecimento constituir-se em autor, pois é pela autoria que se promove a circulação.

Nesse sentido, o nome do autor vai sendo reconhecido frente ao conhecimento a partir da circulação da (re)produção do conhecimento. Com base em Lagazzi-Rodrigues (2007), colocamos que o nome de um(a) autor(idade) tem o reconhecimento institucional sendo legitimado pelo gesto da citação sustentado pelo fato de a citação está relacionada com um trabalho que tem em si um lugar para o título, um lugar singular no processo de (re)produção de conhecimento, pois tem como elementos constitutivos o ano, a editora, o nome do autor, o editor, a instituição, entre outros que o conduzem a ser um lugar de representação de um conhecimento que constitui o texto intitulado.

Representação, trazida por Lagazzi-Rodrigues (2007), como uma configuração imaginária constituída por de processos de identificação e acrescentamos: constituída por processos de identificação em relação ao conhecimento em questão. Por essa observação chegamos à definição de nossa proposta de trabalhar o título enquanto um dispositivo de reflexão junto ao arquivo em HIL enquanto o Título/título constituindo-se como um lugar singular no processo de (re)produção de conhecimento, dotado de significação, pois traz em si o percurso de sujeitos do conhecimento condenados à interpretação ao mesmo tempo em que são regulados pelas instituições.

Pela reflexão desenvolvida acerca da história da Lingüística, podemos observar que o sujeito Mattoso Câmara intitula e re intitula os trabalhos a partir das condições de produção, das normatizações (im)postas pelo Estado por meio das instituições (Escola, Universidade). O movimento de re intular analisado na dissertação ratifica o fato de que, para trabalharmos o título como designação ou constituído de designações, é preciso que a designação seja analisada como uma relação lingüística tomada na história.

O funcionamento discursivo do Título se dá desde sua “constituição” (Orlandi, 2001), já que o próprio título tem uma história. Uma história que carrega, por

exemplo, por um lado, sentidos relacionados a um escrito que era pendurado no pescoço de um escravo ou condenado como uma marca, uma forma de designá-lo e ou condená-lo. Também, por outro lado, carrega sentidos vinculados à honraria, status, nobreza, distinção. Sentidos esmaecidos na história, mas que podem ressoar na formulação e circulação de um título de publicação.

No caso da obra de Mattoso Câmara, é pela diversidade no percurso do sujeito, publicando e intitulado por diferentes campos do saber, que foi possível a fundação da Lingüística Brasileira como uma ciência distinta de outras ciências. Uma ciência consolidada por um estudo do saber em língua portuguesa e sobre língua portuguesa em um país que foi colonizado linguisticamente por Portugal, mas que desenvolveu um saber metalingüístico por si e para si. Uma ciência brasileira que tem em sua base de fundação o nome de Mattoso Câmara e em nome de Mattoso Câmara é que tivemos a reintitulação do **Dicionário de Lingüística e Gramática: referente à língua portuguesa.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Cristina. **As Pesquisas Lingüísticas no Brasil (1968-1988)**. 2 ed. São Paulo: Humanitas, [1998] 2004.

AUROUX, Sylvain. **.A questão sobre a origem das línguas seguido de A historicidade das ciências** Trad. Mariângela Joanilho. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

_____. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1992] 2001.

_____. *Avant-propos*. In: AUROUX, Sylvain (Org.). **Histoire des Idées Linguistiques: La naissance des metalangages en orient et en occident**. T.1. Liège: Pierre Mardaga, 1989a.

_____. **Filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998

_____. *Introduction*. In: AUROUX, Sylvain (Org.). **Histoire des Idées Linguistiques: La naissance des metalangages en orient et en occident**. T.1. Liège: Pierre Mardaga, 1989b.

BALDINI, Lauro. *Considerações sobre a Vida e a Obra de Mattoso Câmara Jr.* In: **Estudos da Língua(gem): Mattoso Câmara e os Estudos Lingüísticos no Brasil**. n.2. Vitória da Conquista: Edições UEBS, 2005a.

_____. **Um lingüista na terra da gramática**. Tese de doutorado. Campinas, 2005b.

BECHARA, Evanildo. Antônio Houaiss: influências e afinidades no seu labor lingüístico-filológico. In: **Revista portuguesa de humanidades**. ISSN 0874-0321, Vol. 4, Nº 1-2, 2000. (Artigo retirado em 10 de junho de 2007, do site <http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=artigos/docs/houaiss>, organizado por Hélio Consolaro)

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Elementos de Língua Pátria. 1ª série**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1938.

_____. Joaquim Mattoso. **Elementos de Língua Pátria. 2ª série**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1936.

_____. Joaquim Mattoso. **Elementos de Língua Pátria. 3ª série**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1938.

_____. (1949). *Filologia*. In: **Confluência** n. 27 e 28. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 2004.

_____. *Lingüística Brasileira*. In: NARO, Anthony J. **Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: F. de Alvez, 1976.

_____. **Princípios de Lingüística Geral: como Fundamento para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1942. (reimpressão da obra de 1941).

_____. **Princípios de Lingüística Geral: como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

_____. *Língua e cultura*. Transcrito da revista Letras, 1955. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (sel e introdução) **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. (1967). *Os Estudos da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil*. In: **Confluência** n. 27 e 28. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 2004.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso; ROCHA LIMA. **Curso da língua pátria: Gramática 1. e 2. séries ginasiais**. 6ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1959.

_____. **Curso da língua pátria: Gramática 3. e 4. séries ginasiais**. 4ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1956.

CASTILHO, Ataliba de. *A Reforma dos Cursos de Letras*. In: **Alfa** n.3. Marília: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1963.

COIMBRA, Rosa Lúcia. **Estudo Linguístico dos Títulos de Imprensa em Portugal: A Linguagem Metafórica**. Tese de doutoramento. Portugal: Universidade de Aveiro Portugal, 1999.

CORACINI, Maria José R. Faria. *O título: uma unidade subjetiva (caracterização e aprendizagem)*. In: **Trabalhos de Lingüística Aplicada**. n.13. Campinas: UNICAMP, 1989.

CUNHA, Celso. Presença de Antenor Nascentes. In: **Romanitas: revista de cultura romana (língua, Instituições e Direito)**. In honorem Antenor Nascentes, Anos XV-XVI, vols. 12 e 13, s/d. (retirado em 10 de junho de 2008, do site: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/17/09.htm>)

DIAS, Luis Francisco. **Os sentidos do Idioma Nacional**. Campinas: Pontes, 1996.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FIORIN, José Luiz. *A criação dos cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa lingüística universitária*. In: **Revista Línguas & Letras**. n.12. vol.7. Cascavel: UNIOESTE, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2005.

HORTA NUNES. *Uma articulação da Análise de Discurso com a História das Idéias Lingüísticas*, 2007a. Trabalho apresentado no VIII Seminário Corpus – História das Idéias Lingüísticas, realizado na Universidade Federal de Santa Maria, em 27 e 28 de setembro de 2007, pelo Laboratório Corpus.

_____. *Leitura de arquivo: historicidade e compreensão*. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F.. (Org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. Porto Alegre: Pontes, 2007b.

ISAIA, Luiz Gonzaga. **UFSM: Memórias**. Santa Maria: Gráfica e Editora Palotti, 2006.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *O político na Lingüística: processos de representação, legitimação e institucionalização*. In: Orlandi, Eni P. (Org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

LEITE, Yonne. **Joaquim Mattoso Câmara Jr: inovator**. *DELTA*, 2004, vol.20, no.spe, p.9-31. ISSN 0102-4450.

NARO, Anthony J. **Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: F. de Alvez, 1976.

NASCENTES, Antenor. **O idioma Nacional na escola secundária**. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1935.

NEOTTI, Clarêncio. *Nota dos editores para a 7ª edição*. In. CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática: Referente à Língua Portuguesa**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NUNES, Clarice. *As políticas públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas*. In: Bomeny, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002a.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Depoimento sobre o início da pós-graduação em Lingüística, da USP. **Boletim da Abralin**. n. 6, 1984.

_____. **Discurso e leitura**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. (Coleção passando a limpo).

_____. **Discurso e texto**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *História das Idéias X História de Vida. Entrevista com Eni Orlandi.* In: SCHERER, Amanda E. (Org.). **Fragmentum: História das Idéias X História de Vida. Entrevista com Eni Orlandi.** n. 7. Santa Maria: PPGL Editores, 2004.

_____. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Introdução.* In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. (Orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas.** Campinas, SP: Pontes, 2002d.

_____. *Ir ao congresso: fazer a história das idéias lingüísticas.* In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. (Orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas.** Campinas, SP: Pontes, 2002b.

_____. **Leitura e Leitores.** Campinas: Pontes, 1998.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico.** São Paulo, SP: Cortez, 2002c.

_____. *O Estado, a Gramática, a Autoria - Língua e conhecimento lingüístico.* In: **Línguas e Instrumentos Lingüísticos.** n. 04 e 05. Campinas: Pontes, 2000a.

_____. *O Estado, a gramática, a autoria.* In: **Relatos.** Campinas, n.04, 2000b. Disponível em http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_04.html, no dia 10 de dezembro de 2007.

_____. *O discurso sobre a língua no regime de Getúlio Vargas (Estado Novo 1937/1945).* **Línguas e instrumentos lingüísticos.** N.15. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **O Sujeito Discursivo Contemporâneo: um exemplo.** In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso. UFRGS : Porto Alegre, RS, 2005. CD-ROM.

_____. *Segmentar ou recortar.* In: **Lingüística: questões e controvérsias.** Uberaba, 1984b. p.9-26. (Série Estudos, 10).

_____. *Teorias da Linguagem e discurso do multilingüísmo.* In: Orlandi, Eni P. (Org.). **Política Lingüística no Brasil.** Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni P. Orlandi [et al.]. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PFEIFFER, Cláudia Castellanos. *A Lingüística nas associações: Um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política lingüística.* In: Orlandi, Eni P. (Org.). **Política Lingüística no Brasil.** Campinas: Pontes, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Trad. Alain François et AL. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *A obra científica de Mattoso Câmara Jr.*. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. n. 6, Campinas: IEL / Unicamp, 1984. [reeditado In: **Estudos da Língua(gem): Mattoso Câmara e os Estudos Lingüísticos no Brasil**. n.2. Vitória da Conquista: Edições UEBS, 2005.]

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novíssimo dicionário latino-português**. 11.ed.. Rio de Janeiro: Garnier, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 9 ed. São Paulo: Cultrix, s/d.

SCHERER, Amanda. *Apresentação*. In: SCHERER, Amanda E. (Org.). **Fragmentum: História das Idéias X História de Vida. Entrevista com Eni Orlandi**. n. 7. Santa Maria: PPGL Editores, 2004.

_____. *Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar*. Trabalho apresentado no **I Colóquio Internacional de Análise do Discurso** realizado em São Carlos, no mês de outubro, do ano de 2006. [no prelo para publicação].

SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Fragmentum**: Uma trajetória em busca do saber uma referência na história das idéias lingüísticas no RS – Entrevista com Leonor Scliar Cabral. Santa Maria: Laboratório Corpus, 2004.

SECHEHAYE, Albert. *Prefácio à primeira edição*, 1915. In: SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 9 ed. São Paulo: Cultrix, s/d.

SILVA, José Pereira da. *Uma breve história da academia brasileira de filologia*. In: Site da ABRAFIL (Academia Brasileira de Filologia), s/d. Disponível em <http://www.filologia.com.br/histresum.htm>, no dia 10 de dezembro de 2008.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. **Sousa da Silveira: o homem e a obra sua contribuição à crítica textual no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1984.

SOUSA DA SILVEIRA (1941), *Prefácio do Dr. Sousa da Silveira à primeira edição*. In: CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Princípios de Lingüística Geral: como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão & MAIA, Maria Christina de Motta. *As idéias lingüísticas de Mattoso Câmara Jr. em Elementos da Língua Pátria (1935-1938)*. In: **Gragoatá**. n. 2. Niterói, 1997.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *A Filologia e a Lingüística no Brasil: para a história de uma relação no campo do estudo da linguagem no século XX*. In: PEREIRA, Maria T. G.. **Língua e Linguagem em questão**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

_____. (Org.). **Dispersos de Mattoso Câmara Jr.**. 3ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004a.

_____. **Mattoso Câmara: a new discourse about language study in Brazil**. *DELTA*, 2004b, vol.20, no.spe, p.1-8. ISSN 0102-4450.

ZANDWAIS, Ana. Saberes sobre Identidade Nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o governo Vargas. In: FERREIRA, Maria Cristina L., INDURSKY, Freda. (Org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. 1ª ed. São Carlos: Ed. Claraluz, 2007.